

Relatório da Administração

Demonstrações Contábeis

2013



Ministério de
Minas e Energia



Relatório da Administração de 2013



Ministério
Minas e Ener



Sumário

Mensagem Presidente – 2

Contexto Operacional – 3

Estudos de Inventários de Bacias Hidrográficas e de Viabilidade Técnico Econômica de UHE -
PAC – 16

Gestão Corporativa – 22

Instrumentos Corporativos de Gestão

Gestão de Pessoas

Tecnologia da Informação

Gestão Financeira

Ações Institucionais – 32

Auditoria Interna - 34

Perspectivas para 2014 – 35

Agradecimentos – 36

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE - foi autorizada pela Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e sua criação se deu por meio do Decreto nº 5.184, de 16 de Agosto de 2004, na forma de empresa pública de natureza privada e íntegra, desde 2008, o Orçamento Fiscal e da Seguridade. Suas atividades incluem, entre outras, o assessoramento direto ao Ministério de Minas e Energia – MME, apoio no processo dos leilões do setor elétrico, acompanhamento dos mercados de energia e elaboração de estudos específicos sobre o setor energético.

Durante 2013 foram desenvolvidos pela EPE estudos e atividades relacionadas à Análise de Projetos, Estudos Energéticos e Estudos Elétricos para suporte aos 4 Leilões de Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, que resultaram na contratação de mais de 7.000 MW de potência instalada de energia elétrica, com destaque para os quase 4.000 MW de energia eólica.

Em parceria com o Ministério de Minas e Energia e com o apoio da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a EPE lançou em 2013, o estudo 'Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás'. Trata-se de uma base de dados georreferenciada que mapeia zonas de importância relativa ao desenvolvimento econômico do setor de petróleo e gás no país, o que se constitui em importante instrumento para o planejamento energético.

Em 2013 aprovamos, também, o Planejamento Estratégico Institucional 2012-2015, peça fundamental para a consolidação da empresa em seu papel de instituição estratégica e iniciamos o desenvolvimento e implantação do Projeto CEDOC que busca dotar a empresa de melhorias em seus mecanismos de gestão, o que contribuirá para o aumento da sua eficiência.

Nos seus nove anos de existência, a EPE apresenta pontos de conquistas significativos. Goza de conceito de empresa de alto valor estratégico para o país, atuando, em estreita articulação com o MME, no centro das grandes questões do planejamento energético nacional.

Rio de Janeiro, abril de 2014.

MAURICIO TIOMNO TOLMASQUIM
Presidente

Contexto Operacional

Ao apresentarmos o presente Relatório, correspondente ao nono ano de atividades operacionais da Empresa (iniciadas em maio de 2005), destacamos os principais estudos desenvolvidos no exercício de 2013 e os respectivos resultados alcançados:

1. Balanço Energético Nacional 2013 – Ano base 2012

O Balanço Energético Nacional - BEN contabiliza a oferta, a transformação e o consumo de energia no Brasil, contemplando as atividades de extração de recursos energéticos primários, sua conversão em formas secundárias, importação e exportação, a distribuição e o uso final da energia.

A EPE, neste ciclo, deu prosseguimento ao aprimoramento dos instrumentos de consolidação das estatísticas energéticas brasileiras, com destaque para a utilização do sistema de cadeias energéticas (CADE).

Como resultados das atividades relacionadas ao Balanço Energético Nacional, em 19/08/2013 foi publicado o BEN 2013 e a sua versão eletrônica está disponível na página da EPE na Internet.

2. Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2013 – Ano base 2012

O Anuário Estatístico de Energia Elétrica é o documento onde são compiladas séries históricas consolidadas sobre oferta e demanda de energia elétrica no país e no exterior. O Anuário amplia as informações que já são trazidas anualmente pelo Balanço Energético Nacional, e consolida aquelas apresentadas na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica – ambos os trabalhos produzidos pela EPE

3. Estudos de Cenários Econômicos e Energéticos

3.1. Horizonte Decenal

a) Caracterização do cenário macroeconômico para os próximos 10 anos (2014-2023)

Estes estudos detalham elementos conjunturais e estruturais que irão determinar as premissas econômicas no horizonte decenal 2014-2023 e subsidiam os estudos de demanda e oferta de energia do Plano Decenal de Energia respectivo.

b) Projeção da demanda de energia elétrica para os próximos 10 anos (2014-2023)

Esta Projeção da Demanda é publicada anualmente em dezembro do ano em curso e contempla o período decenal seguinte (2014-2023). Seus resultados subsidiam atualizações e revisões do Plano Decenal de Expansão de Energia e foi utilizada pelo ONS, como referência de projeção da carga, para o Plano Anual da Operação Energética (PEN) relativo ao período 2014-2018.

4. Plano Decenal de Expansão de Energia

Durante o ano de 2013, a EPE finalizou a elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2022, referente ao período 2013-2022. Tal Plano foi objeto de Consulta Pública em meados de 2013, conduzida pelo MME. As contribuições dos diversos agentes setoriais recebidas nesse processo de consulta foram analisadas e, quando pertinentes, incorporadas no documento final ou destacadas para consideração nos ciclos seguintes dos estudos de planejamento da expansão. A aprovação final deste Plano pelo MME ocorreu em fevereiro/2014.

Para a análise socioambiental do PDE 2022 foram consideradas premissas, critérios e procedimentos utilizados no ciclo anterior. A análise socioambiental compreendeu a análise das emissões de gases de efeito estufa, de cada fonte energética e uma análise integrada (SMA)

Os estudos que subsidiaram o PDE contaram com o apoio do MME e a estreita colaboração de diversas empresas do setor energético, de forma a possibilitar que a abrangência do planejamento no horizonte decenal incorporasse uma visão integrada do setor.

Paralelamente à finalização do PDE 2022, a EPE iniciou a elaboração do PDE 2023, abrangendo o período 2014-2023. Parte destes estudos foi concluída, encontrando-se em fase de finalização

os estudos referentes à expansão da oferta de energia e a consolidação da matriz energética brasileira para os próximos dez anos.

5. Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País (PEMAT)

Conclusão da minuta do primeiro Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário (PEMAT) 2013-2022, a ser colocada em Consulta Pública pelo Ministério de Minas e Energia. Os estudos que serviram de base, elaborados pela EPE, consideraram aspectos técnicos, econômicos e socioambientais de alternativas para construção de gasodutos no país, levando em conta a oferta e a demanda. O PEMAT tem por objetivo identificar as oportunidades de expansão da malha nacional de gasodutos para futura realização de leilões.

Ressaltem-se também outros produtos relacionados ao PEMAT 2013-2022:

- Elaboração de Relatório de Avaliação do Requerimento de Provocação de Terceiros protocolizado no Ministério de Minas e Energia (MME) pela Petrobras acerca da construção do Projeto de Gasoduto de Transporte Guapimirim-COMPERJ II;
- Elaboração e disponibilização do Manual de Fornecimento de Dados para o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País (PEMAT), o qual define os procedimentos a serem seguidos pelos agentes da indústria do gás natural e demais interessados para o repasse de informações à EPE, com vistas à elaboração do referido Plano.

6. Estudos de Apoio aos Leilões de Contratação de Energia

Durante 2013 foram desenvolvidos pela EPE estudos e atividades relacionadas à Análise de Projetos, Estudos Energéticos e Estudos Elétricos para suporte aos seguintes Leilões de Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada - ACR:

- Leilão de Reserva de 2013 – LER, realizado em 23 de agosto de 2013, para contratação de energia de reserva proveniente de fonte eólica com início de suprimento previsto para 1º de setembro de 2015;
- Primeiro Leilão A-5 de 2013, realizado em 29 de agosto de 2013, para contratação de energia elétrica proveniente de fonte hidrelétrica, biomassa e carvão ou gás natural em ciclo combinado, com início de suprimento previsto para 1º de janeiro de 2018;

- Leilão A-3 de 2013, realizado em 18 de novembro de 2013, para contratação de energia elétrica proveniente de fonte hidrelétrica, eólica, solar, biomassa e gás natural inclusive em ciclo combinado, com início de suprimento previsto para 1º de janeiro de 2016;
- Segundo Leilão A-5 de dezembro de 2013, realizado em 13 de dezembro de 2013, para contratação de energia elétrica proveniente de fonte hidrelétrica, eólica, solar, biomassa, carvão e gás natural em ciclo combinado, com início de suprimento em 1º de maio de 2018.

A tabela a seguir sintetiza os resultados relativos aos leilões realizados em 2013.

Leilão	Fonte	Projetos Cadastrados		Projetos Habilitados		Projetos Contratados no Leilão			Preço Médio Contratado pelas Distribuidoras (R\$/MWh)
		Qtd.	MW instalado	Qtd.	MW instalado	Qtd.	MW instalado	Qtd. Contratada no ACR (MW médio)	
LER	Eólica	654	16.003	377	8.999	66	1.505,2	700,7	110,51
1º A-5	Hidrelétrica	32	2.333	17	776	10	618,5	355,0	114,48
	Carvão	4	2.140	3	1.840			-	
	Biomassa	30	1.462	16	919	9	647,0	393,7	135,58
	Gás Natural CC	2	1.607	-	-			-	
	Total	68	7.542	36	3.535	19	1.265,5	748,7	124,97
A-3	Eólica	628	15.013	381	9.191	39	867,6	380,2	124,43
	Fotovoltaica	109	2.730	31	813			-	
	Heliotérmica	10	290	-	-			-	
	Hidrelétrica	17	340	10	190			-	
	Biomassa	17	542	7	266			-	
	Gás Natural CC	2	469	-	-			-	
Total	783	19.384	429	10.460	39	867,6	380,2	124,43	
2º A-5	Eólica	670	16.421	536	13.203	97	2.337,8	1.083,4	119,03
	Fotovoltaica	152	3.601	88	2.024			-	
	Heliotérmica	10	290	7	210			-	
	Hidrelétrica	52	3.064	35	1.782	17	1.007,8	570,3	97,53
	Carvão	6	3.340	4	2.140			-	
	Biomassa	26	1.344	14	593	5	161,8	94,5	133,75
	Gás Natural CC	16	7.566	-	-			-	
Total	932	35.626	684	19.952	119	3.507,4	1.748,2	112,81	
TOTAL:						243	7.145,7	3.577,8	116,14

6.1 Análises dos Projetos

As atividades realizadas compreenderam: o cadastramento dos empreendimentos de geração de energia elétrica interessados em participar dos leilões; a análise dos documentos de cada projeto e dos requisitos essenciais à participação nos leilões, emissão da habilitação técnica dos empreendimentos; o estabelecimento de parâmetros para o edital da licitação, com destaque para a garantia física dos empreendimentos e dos estudos para subsidiar o MME na definição dos preços de referência de cada leilão, dentre outras atividades. No caso dos empreendimentos

eólicos, foi realizado ainda um extenso trabalho de identificação e notificação de interferências aerodinâmicas entre parques.

A habilitação técnica, no caso das usinas hidrelétricas, compreende, além da análise técnica dos estudos de viabilidade dos projetos dos empreendedores, os estudos de otimização do arranjo geral da usina e do orçamento proposto, visando a redução dos custos de investimento estimados que levem a preços tetos que privilegiem o princípio da modicidade tarifária, o que vem sendo obtido com muito sucesso nos leilões realizados. Estes estudos são encaminhados ao Tribunal de Contas da União, com o objetivo de atender a IN TCU nº 027/1998.

Destaca-se a inclusão em 2013, pela primeira vez, de empreendimentos de fonte solar em leilões do ACR. Para viabilizar a participação de empreendimentos solares, a EPE elaborou versões específicas das Instruções para Cadastramento e Habilitação Técnica para usinas fotovoltaicas e heliotérmicas. Além disso, em conjunto com a área de tecnologia da informação, foram desenvolvidas adaptações no Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos Geradores de Energia - AEGE para abranger as especificidades desses tipos de projeto.

6.2 Estudos Energéticos

No âmbito dos leilões para compra de energia de novos aproveitamentos, foram calculadas as garantias físicas das usinas hidrelétricas de Sinop e de Salto Apiacás, e das usinas hidrelétricas de Cachoeira, Ribeiro Gonçalves, São Manoel e Itaocara I.

6.3 Estudos Elétricos

O Leilão de Energia de Reserva – LER de 2013, estabelecido pela Portaria MME nº 132, de 25 de abril de 2013, exclusivo para empreendimentos eólicos, definiu que deveria ser utilizado o preço do lance como critério de classificação, considerando a capacidade de escoamento da Rede Básica e de Fronteira. A capacidade de escoamento de que trata essa portaria se refere à folga ou margem de capacidade de transmissão existente na Rede Básica e de Fronteira destinada a acomodar os fluxos de potência provenientes dos novos empreendimentos eólicos a serem contratados, considerando os critérios e premissas estabelecidos na Nota Técnica ONS NT 069/2013 / EPE-DEE-RE-051/2013-r0.

7. Plano de Expansão da Transmissão

Foram desenvolvidos estudos e atividades, a seguir descritos, destinados a subsidiar os leilões de instalações de transmissão.

- Programa de Expansão da Transmissão - PET: compreende a consolidação das Análises e Pareceres Técnicos dos relatórios denominados R1, visando proporcionar ao MME, e aos agentes do setor elétrico, uma visão completa dos empreendimentos recomendados para serem instalados no Sistema Interligado Nacional (SIN) no horizonte de 6 anos, inclusive com a estimativa de custos destes empreendimentos, em duas edições anuais – fevereiro e agosto.
- Análise Técnico-econômica de Alternativas – Relatórios R1: Tais relatórios consolidam os estudos de planejamento da expansão dos sistemas de transmissão regionais e pareceres técnicos relativos a estudos desenvolvidos por terceiros, incluindo a análise socioambiental dos empreendimentos, que visa comparar os aspectos socioambientais das alternativas de transmissão em estudo, de maneira integrada aos demais aspectos técnicos, de forma a demonstrar que estes aspectos não restringem nem oneram significativamente as suas implantações, subsidiando a definição da melhor alternativa de corredor de passagem para as linhas de transmissão.

Como destaque dentre cerca de 40 estudos realizados pela EPE em 2013, citam-se os estudos da transmissão:

- **Região Nordeste:** Estudo para escoamento do potencial eólico da Região Central da Bahia; dois novos pontos de suprimento do estado do Piauí; três novas subestações (instalações compartilhadas de geração – ICG) associadas aos parques eólicos do A-5 de 2011; além de reforços na Rede Básica dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia.
- **Região Norte:** Estudo de suprimento à Palmas, que proporcionou o atendimento à capital do Estado do Tocantins pela Rede Básica; Estudo para o suprimento de localidades situadas nas margens direita e esquerda do rio Amazonas que atualmente são supridas através de geração térmica; Estudo para aumento de confiabilidade no atendimento da região oeste do Pará; Estudo de suprimento às regiões metropolitana de Belém e nordeste do Pará, que recomendou a implantação de uma nova subestação 500/230/69 kV na capital do Estado.
- **Região Sudeste/Centro-Oeste:** Estudo para o atendimento elétrico ao Estado de Minas Gerais que definiu reforços para aumentar a confiabilidade no suprimento da região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como majorar a capacidade de transmissão entre as regiões norte e central do Estado; Estudo de atendimento às regiões de Mairiporã, Santo Ângelo e Bragança

Paulista, considerando, ainda, uma previsão de crescimento da demanda do Aeroporto de Guarulhos; Estudo de reforços para suprimento à SE Bandeirantes 345 kV, que recomendou a implantação da nova linha de transmissão subterrânea em 345 kV Bandeirantes – Piratininga II, garantindo um grau de confiabilidade diferenciado no atendimento à capital de São Paulo. No estado do Espírito Santo foram realizados estudos que reforçaram o sistema para atendimento à região centro, na Grande Vitória, onde se concentra a maior parte da carga do estado; além da recomendação de novos pontos de suprimento na região norte do estado, em São Mateus, e na região sul, em Rio Novo do Sul. No estado do Mato Grosso foram recomendados novos pontos de suprimento para atendimento a Cuiabá e região do Baixo Araguaia.

- **Região Sul:** Estudo prospectivo para avaliação da integração do potencial eólico do Estado do Rio Grande do Sul e definição da expansão do sistema de transmissão visando o adequado escoamento dos futuros parques de geração eólica; Estudo de atendimento elétrico às regiões sul e extremo sul do Estado de Santa Catarina; Estudo para avaliação das interligações em tensão de distribuição entre os Estados de São Paulo e Paraná, de modo a viabilizar o aumento dos níveis de intercâmbio entre as regiões Sul e Sudeste/Centro-Oeste e solucionar os problemas elétricos do sistema de distribuição local.

Como consequência desses estudos, foram consolidados os resultados obtidos nas análises anteriores e determinado o cronograma de obras necessárias no período de 2017 a 2022, além de registrar características básicas dos equipamentos e das instalações definidas para atender as demandas do sistema, de forma a contribuir com a elaboração do anexo técnico do edital de leilão.

Foram realizados em 2013 quatro licitações de outorgas de concessão, contemplando cerca de 2.955 km de linhas de transmissão e 11.314 MVA de subestações em diversos Estados.

8. Estudos de Atendimento aos Sistemas Isolados.

No que se refere aos Sistemas Isolados, por atribuição do Decreto nº 7.246/2010 e da Portaria MME nº 600/2010, a EPE se tornou responsável pela avaliação dos balanços de energia e demanda, além da avaliação e habilitação técnica dos Projetos de Referência.

Dessa forma, a EPE recebeu e analisou tecnicamente os Projetos de Referência enviados pelas Distribuidoras com Sistemas Isolados. A EPE finalizou o processo de habilitação técnica dos Projetos de Referência de 16 Sistemas Isolados com previsão de interligação ao SIN da

Eletrobras Distribuição Rondônia e do Sistema Isolado de Oiapoque-AP, área de concessão da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA.

Adicionalmente, foram analisados tecnicamente 08 (oito) Projetos de Referência das distribuidoras Eletrobras no Acre, Amazonas, Pará e Roraima, totalizando 122 sistemas isolados. Vale destacar que, atualmente, alguns destes projetos já foram habilitados tecnicamente pela EPE no início de 2014 e outros se encontram em fase de análise técnica.

No que tange ao Programa Luz Para Todos, a EPE é responsável pela avaliação e habilitação técnica dos Projetos de Referência do programa, tendo analisado tecnicamente os Projetos de Referência apresentados pela Eletrobras Amazonas Energia e pela Eletrobras Distribuição Acre.

Ressaltam-se também os estudos realizados pela STE para a integração dos sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional descritos a seguir:

- Cruzeiro do Sul e Feijó, no Estado do Acre, através de linhas de transmissão em 230 kV com 600 km de extensão;
- Região de Machadinho d'Oeste, no Estado de Rondônia, por subestação 230/138 kV em Jaru e linhas de Distribuição em 138 kV;
- Parintins, no Estado do Amazonas, e Juruti, no Estado do Pará, através de linhas de transmissão em 230 Kv, circuito duplo, totalizando cerca de 230 km de extensão.

A EPE integra o Grupo de Trabalho para atendimento às regiões remotas dos Sistemas Isolados pelo Luz para Todos, composto pelo MME e Eletrobras, e apoio técnico da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ* no âmbito do Acordo de cooperação técnica Brasil/Alemanha, que emitiu o relatório “Especificações dos Projetos de Referência no âmbito do Programa Luz para Todos”.

09. Monitoramento, Acompanhamento e Análise do Mercado de Energia.

Como parte do acompanhamento do mercado de energia elétrica a COPAM – Comissão Permanente de Análise e Acompanhamento do Mercado, instituída e coordenada pela EPE, realizou reuniões com os agentes dos subsistemas Sul, Norte/Nordeste Sudeste/Centro Oeste e os resultados dos estudos de monitoramento, acompanhamento e análise da demanda de energia estão consolidados em documentos disponíveis na página da EPE na internet (www.epe.gov.br).

09.1. Resenhas mensais do acompanhamento do mercado de energia elétrica

Editadas mensalmente, e disponibilizadas no site da EPE, as resenhas tem por objetivo apresentar as estatísticas e a análise da evolução mensal do mercado de energia elétrica nacional e regional, bem como de indicadores desse mercado, tais como consumo médio e número de consumidores. Objetiva-se a apresentação do mercado de energia elétrica desagregado em regiões geográficas, subsistemas elétricos e Brasil, segundo os seus principais segmentos de consumo. Analisa-se, também, o comportamento de alguns indicadores econômicos que afetam o nível do consumo de energia elétrica, principalmente a produção industrial.

09.2. Boletim de Conjuntura Energética

O Boletim apresenta as estatísticas e a análise da evolução trimestral dos principais energéticos em uso do país *vis-à-vis* o desempenho da economia, contemplando produção, consumo, exportação, importação, preços e tarifas, entre outras informações. Analisa-se o comportamento de indicadores econômicos nacionais e internacionais (como, por exemplo, PIB, produção industrial, emprego e rendimento, comércio e serviços, agropecuária, comércio exterior, preços de commodities) e a sua relação com a evolução dos energéticos. No ano de 2013 foram produzidos e publicados quatro boletins.

09.3. Revisões quadrimestrais da demanda de energia elétrica

Os estudos realizados em conjunto com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) têm como objetivo a revisão das projeções do mercado de energia elétrica e da carga de energia e de demanda do Sistema Interligado Nacional (SIN), discriminadas por subsistema elétrico, que servem de base para o planejamento da operação energética.

As revisões das projeções de mercado são baseadas nos estudos de conjuntura econômica e na possível revisão de cenários econômicos e setoriais e, ainda, nas análises de mercado realizadas no âmbito da Comissão Permanente de Análise e Acompanhamento do Mercado de Energia Elétrica (COPAM), da qual participam os diversos agentes setoriais do mercado de energia elétrica. Os resultados são utilizados nos estudos do ONS para o planejamento da operação energética do sistema interligado, tendo rebatimento na formação dos preços de energia de curto prazo, o chamado preço de liquidação das diferenças (PLD), constituindo, portanto, informação

fundamental no arranjo institucional do setor elétrico. Habitualmente, são realizadas duas revisões ao longo do ano, uma no primeiro e outra no segundo quadrimestre, salvo a necessidade de realização de uma revisão extraordinária motivada por fatores relevantes que tenham alterado significativamente a trajetória do mercado. As revisões quadrimestrais são disponibilizadas na página da EPE na internet.

10. Outros Estudos de Suporte ao Planejamento Energético

10.1. Estudo para aferir a capacidade de suporte da bacia aérea da região de Candiota/RS

Por solicitação do MME a EPE tornou-se responsável pela coordenação de estudos e pesquisas para aferir a capacidade de suporte da bacia aérea da região de Candiota/RS receber outras usinas termelétricas a carvão. O estudo consiste na realização de modelagem matemática de dispersão de gases poluentes na atmosfera para a previsão da qualidade do ar da bacia aérea em cenários futuros. Esse estudo conta com a colaboração das empresas Eletrobras-CGTEE, Eneva Energia e Tractebel Energia, com início em 2013 e conclusão prevista para 2014.

Seu resultado servirá como subsídio para a elaboração do planejamento setorial e de alternativas eletroenergéticas que assegurem a continuidade do suprimento de energia elétrica às regiões Sul e Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, bem como para a aferição da viabilidade técnica e locacional de outras usinas termelétricas a carvão pelo órgão licenciador ambiental competente.

10.2 Estudos de Escoamento da Energia de Usinas na Amazônia

Visando fornecer subsídio para a definição do sistema de transmissão para escoamento das usinas hidrelétricas da região Amazônica que comporão o sistema brasileiro em um horizonte de longo prazo, e considerando como referência a expansão da geração prevista no PDE 2022, foram realizados diversos estudos de sensibilidade, em parceria com o MME que deram suporte às indicações de expansões das interligações entre os subsistemas.

Além disso, estudos específicos para as interligações Sul-Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste-Sudeste foram continuamente realizados durante o ano de 2013 entre as equipes de estudo de geração e de transmissão da EPE.

10.3 Estudos para Introdução dos Mecanismos de Aversão ao Risco no Modelo de Despacho da Geração Hidrotérmica

Buscando a introdução dos mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e de formação de preço, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE editou, em 6 de março de 2013, a Resolução CNPE 03/2013, que determinou que a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP desenvolvesse e implementasse esta metodologia.

A EPE, como membro da CPAMP, participou desse processo realizando testes que subsidiaram a escolha da metodologia e dos parâmetros de calibração, bem como para validar a implantação no modelo NEWAVE.

Os resultados foram publicados no Relatório Técnico “Desenvolvimento, implantação e testes de validação das metodologias para internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço” e apresentados em um workshop para os agentes do setor elétrico.

11. Base de dados anemométricos e climatológicos (Sistema AMA)

Em 2013 foram acrescentados ao sistema AMA novos métodos matemáticos e rotinas computacionais destinadas à análise de consistência das medições climatológicas e anemométricas entre parques eólicos e à caracterização técnica do regime de ventos nos locais dos parques. Também foi iniciada a programação de rotinas de controle de pendências administrativas relacionadas às informações prestadas pelos responsáveis pelos parques eólicos. Em dezembro de 2013 a EPE já estava recebendo regularmente a cada quinzena, medições efetuadas em 208 parques eólicos.

12. Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás

Editoração, publicação e divulgação da atualização do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, ano-base 2011, que tem como objetivo geral a obtenção de uma base de informações georreferenciadas que permita representar zonas, na forma de mapas, sobre a importância

relativa das diversas áreas do país. Tal base de informações constitui-se em importante instrumento para o planejamento energético.

Destaque-se o início dos estudos de atualização do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, ano-base 2013, conforme Planejamento Estratégico da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

13. Estudos sobre a indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Na área de exploração e produção foram realizados estudos relacionados às previsões de produção nacional de petróleo e gás natural, evolução de reservas provadas e da R/P, previsões de possíveis excedentes de produção e demanda por FPSO's.

No setor de gás natural os estudos focaram as projeções de preços, processamento, oferta, balanço, análise da infraestrutura de transporte e mercados internacionais de gás natural.

Em relação ao setor de abastecimento foram realizados estudos sobre projeções de preços de petróleos e derivados, previsões de demanda de combustíveis do setor transporte, da oferta de derivados de petróleo, do balanço de oferta e demanda de derivados, análise da evolução do parque nacional de refino e da infraestrutura nacional de transporte de petróleo e derivados.

Na área de biocombustíveis os principais estudos foram relacionados às projeções de demanda e oferta de etanol e biodiesel, análise da logística de transporte de etanol e biodiesel e projeções da oferta de biomassa da cana-de-açúcar para geração elétrica.

Além dos estudos anteriormente elencados, durante o ano de 2013 houve a participação da EPE em diversos grupos de trabalho com o Ministério de Minas e Energia (MME). Estes grupos de trabalho abordaram temas como: avaliação ambiental de área sedimentar (AAAS), rodada de licitação do pré-sal na modalidade partilha de produção e marco legal e regulatório setorial de suprimento de gás natural nas regiões próximas às fronteiras dos Estados, entre outros.

14. Plano Nacional de Energia 2050

Durante o ano de 2013, a EPE preparou Termo de Referência que orienta a elaboração do Plano Nacional de Energia 2050 (PNE 2050). Os estudos do PNE 2050 estão sendo conduzidos e desenvolvidos pela EPE a partir de diretrizes definidas pelo MME.

Neste contexto, serão realizados estudos que compreenderão a formulação de cenários de:

- (a) evolução socioeconômica brasileira;
- (b) evolução da demanda energética;
- (c) potencial dos recursos energéticos;
- (d) oferta de energia elétrica;
- (e) oferta de combustíveis e outros energéticos;

que fornecerão subsídios para a formulação da estratégia para a expansão da oferta de energia com vistas ao atendimento da evolução da demanda, segundo uma perspectiva de longo prazo, considerando o uso integrado e sustentável dos recursos disponíveis.

15. Estudos de Recursos Energéticos

Estudos sobre o Aproveitamento Energético da Biomassa

No que tange aos estudos relacionados à biomassa, a EPE elaborou estimativa do potencial técnico, econômico e de mercado do aproveitamento energético da biomassa residual (urbana e rural), a partir da identificação da produção de bens e da geração típica de resíduos por atividade, suas características físico-químicas, alternativas técnicas de aproveitamento, investimentos, custos de operação e manutenção – tanto da obtenção de insumos quanto de funcionamento das plantas –, eficiência de conversão, produção de rejeitos, atendimento às especificações regulatórias e avaliação dos mercados competitivos (eletricidade, combustível veicular e industrial) nas proximidades da oferta.

Estudos de Inventários de Bacias Hidrográficas e de Viabilidade Técnico-Econômica de UHE – PAC

Os estudos realizados pela EPE visam a identificação do potencial de bacias hidrográficas e a oferta de projetos hidrelétricos para os leilões de energia nova.

No ano de 2013 foi dado prosseguimento aos estudos remanescentes de 2012 e iniciados outros estudos, conforme a evolução detalhada a seguir:

Estudos de Inventários de Bacias Hidrográficas

Com relação aos estudos de inventário, em 2013 foram concluídos os estudos da bacia do rio Sucunduri e iniciados os estudos de pré-inventário da bacia do rio Negro e o processo de contratação dos estudos de inventário e avaliação ambiental integrada da bacia do rio Trombetas:

- **Estudos de inventário da bacia do rio Sucunduri**

Foram aprovados pela ANEEL em 01/03/2013, por meio do Despacho nº 534/2013. A **avaliação ambiental integrada** não foi realizada por não ter sido identificado nenhum potencial técnico-econômico e ambiental viável.

- **Estudos de pré-inventário da bacia do rio Negro**

Tendo concluído cinco estudos de inventário hidrelétrico em grandes bacias hidrográficas amazônicas, nos últimos seis anos, a EPE tem encontrado dificuldades recorrentes na obtenção de autorizações para realização de serviços de campo em **terras indígenas** no âmbito desses estudos. A bacia do rio Negro é ocupada em cerca de 50% de sua área por terras indígenas, predominantes em sua área de maior declive, onde se espera haver potencial hidrelétrico, e sobrepondo-se em grande parte ao canal principal do rio, onde está o potencial remanescente estimado. Como forma de reduzir as incertezas sobre o potencial hidrelétrico da bacia e melhor localizar as áreas que possam ser alvos de levantamentos específicos de campo para meio ambiente e engenharia, a EPE desenvolve um pré-inventário, com dados secundários, dadas as dificuldades de se conseguir autorizações para entrada nas **unidades de conservação** e **terras indígenas**, para a elaboração dos estudos. Caso os esforços envidados no pré-inventário

indiquem potencial considerável para a bacia, na continuidade dos estudos, serão contratados serviços de campo para complementação dos dados secundários.

No decorrer de 2013, foram retomadas as tratativas junto a Diretoria de Serviço Geográfico - DSG do Exército Brasileiro, para cessão dos dados cartográficos do Projeto Radiografia da Amazônia, referentes à área de interesse do Inventário Hidrelétrico dessa bacia, a serem utilizados para avaliação do potencial da bacia do rio Negro. Segundo a DSG, os dados se encontram em fase de produção e a previsão é de que estejam disponíveis a partir do segundo trimestre de 2014.

Foram contratados os serviços técnicos especializados para a elaboração dos estudos para o Diagnóstico Socioambiental e dos Usos Múltiplos da Água da bacia do rio Negro. O contrato CT-EPE-017/2013, assinado em 18/06/2013, prevê a conclusão dos estudos para abril de 2014.

- **Estudos de inventário da bacia do rio Trombetas**

A região da bacia do rio Trombetas, alvo dos estudos de inventário hidrelétrico, apresenta um potencial da ordem de 2000 MW.

No decorrer de 2013, a EPE obteve a Autorização AU nº 2329/2013, de 21/06/2013, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará – SEMA-PA, para realização dos serviços de campo de meio ambiente, hidrométricos, geológico-geotécnicos e topográficos nas unidades de conservação existentes na bacia do rio Trombetas administradas pela SEMA-PA.

Foi realizada análise da nova base cartográfica realizada com tecnologia LIDAR (laser) para identificar os locais prováveis dos aproveitamentos e estimar as quantidades e os tipos de serviços de campo necessários para o desenvolvimento dos estudos, visando subsidiar a elaboração dos documentos para a contratação, em 2014, de empresa de consultoria para apoio ao desenvolvimento dos estudos de Engenharia.

Foi realizada a licitação para contratação dos serviços de consultoria técnica especializada para elaboração de estudos socioambientais para subsidiar o Diagnóstico Socioambiental e de Usos Múltiplos da Água, a Avaliação de Impactos e a Avaliação Ambiental Integrada, que integram os estudos de inventário. O contrato para prestação desses serviços – CT-EPE-032/2013, foi assinado em 03/02/2014.

Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica

- **Estudo de Viabilidade da UHE São Manoel**

A Usina Hidrelétrica São Manoel tem a capacidade instalada de 700 MW. O estudo de viabilidade foi protocolado na ANEEL em 2009, recebendo aceite em 2010. O Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA foram protocolados em 2010 no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. O EIA e o RIMA foram aprovados pelo Ibama em 2011. O Estudo de Componente Indígena – ECI foi protocolado em 2010 na Fundação Nacional do Índio - FUNAI. A FUNAI solicitou revisão do ECI em 21/01/2011 a qual foi entregue pela EPE em 22/07/2011. A FUNAI aceitou o estudo para análise em 02/08/2011. Em 2011, houve duas tentativas de realização das audiências públicas, em outubro e novembro, frustradas pela oposição de indígenas contrários à construção de usinas hidrelétricas no rio Teles Pires. No período de 2011 a 2012, o IBAMA solicitou complementações ao EIA, que foram encaminhadas no período de 2011 a 2013. Em setembro de 2012, a EPE enviou à FUNAI o documento intitulado “Estudos do Componente Indígena das UHE São Manoel e Foz do Apiacás - Revisão e Complementação - Serviço de Campo Complementar – Apêndice A – Tomo III”, constituído pela íntegra do relatório do antropólogo e respectiva autorização para inserção de assinatura eletrônica. Após diversas reuniões com a FUNAI, foram concluídos o ECI e a apresentação dos resultados do ECI para as lideranças indígenas Caiabi, Munduruku e Apiakás, que foi realizada em setembro de 2013. Esses eventos permitiram a realização das audiências públicas e a emissão da manifestação da FUNAI sobre o projeto. Para a realização das audiências públicas, foi necessário superar diversas dificuldades, tais como: (i) a realização de um termo de cooperação com a Secretaria de Administração da Presidência da República para a contratação dos serviços de apoio e organização dos eventos; (ii) a realização de reuniões no MME e MPOG para avaliar as estratégias e para solicitar apoio dos órgãos de segurança para reforçar a segurança para realização dos eventos. Os eventos foram realizados em Paranaíta, MT (27/09/2013), Jacareacanga, PA (29/09/2013) e Itaituba, PA (30/09/2013).

O projeto recebeu todas as manifestações dos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental (Prefeituras de Paranaíta, MT e Jacareacanga, PA; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan; Fundação Cultural Palmares - FCP; Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS; Instituto Nacional de Colonização e da Reforma Agrária – INCRA; Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso - INEMAT; Instituto de Terras do Estado do Pará - ITERPA; Agência Nacional de Águas – ANA; FUNAI) e a Licença Prévia nº 473/2013 concedida pelo IBAMA em 29/11/2013.

O empreendimento de UHE São Manoel participou do 18º leilão de energia elétrica ocorrido em 13/12/2013, cujo vencedor foi o Consórcio EDP Energias do Brasil e Eletrobras-Furnas, hoje denominado Empresa de Energia São Manoel S/A.

- **Estudo de viabilidade da UHE Sinop**

A UHE Sinop recebeu todas as manifestações dos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental e a Licença Prévia nº 30190/2012 concedida pela Sema/MT em 10/05/2012. A usina participou da licitação no último leilão A-5 em dezembro de 2012 e foi disputada por algumas empresas, mas não vendeu energia na segunda fase do leilão.

Foram feitas revisões nos estudos da série e vazões e estudos energéticos e a UHE Sinop integrou o leilão de energia nova A-5a/2013, em 29/08/2013, cujo vencedor foi a Companhia Energética Sinop – CES (Eletrobras-Chesf e Eletrobras-Eletronorte).

- **O estudo de viabilidade da UHE Castanheira**

A UHE Castanheira, localizada no rio Arinos a 120 km de sua foz no rio Juruena, tem potência instalada de 192 MW e reservatório a fio d'água com aproximadamente 119 km², nos municípios de Juara e Novo Horizonte do Norte, no estado de Mato Grosso (conforme os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do rio Juruena). A EPE possui o registro ativo junto à ANEEL para realizar o estudo de viabilidade (Despacho nº 3460 de 24/08/2011) e o Termo de Referência para elaboração do EIA/RIMA emitido pela Sema/MT.

Em 2013, foi realizada contratação da empresa de consultoria técnica para elaboração dos levantamentos e estudos de engenharia do EVTE. Os serviços de levantamento e de estudos básicos encontram-se em desenvolvimento.

Ainda em 2013, foram contratados os serviços de consultoria técnica especializada para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA. A conclusão dos estudos está prevista para 2015, de forma a permitir a obtenção da Licença Prévia necessária para disponibilizar esse projeto no leilão de energia nova em 2016.

- **Estudo de viabilidade da UHE Bem Querer**

A UHE Bem Querer, localizada no rio Branco a 402 km de sua foz, tem potência instalada de 708 MW e reservatório a fio d'água com aproximadamente 559 km², nos municípios de Cantá, Boa

Vista, Iracema, Mucajaí e Caracaraí, no estado de Roraima (de acordo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Branco). A EPE possui o registro ativo junto à ANEEL para realizar o estudo de viabilidade (Despacho nº 4231 de 28/10/2011) e processo de licenciamento ambiental nº 304/2012-01, instaurado junto à Fundação Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e Roraima (FEMARH).

No decorrer de 2013, foram discutidas proposta de Termo de Referência para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, apresentadas pela FEMARH, com vistas ao seu aprimoramento e adequação dos estudos e levantamentos propostos. A conclusão dos estudos está prevista para 2016, de forma a permitir a obtenção da Licença Prévia necessária para disponibilizar esse projeto no leilão de energia nova em 2017.

Em 2013, foram concluídos os estudos cartográficos necessários aos estudos de viabilidade, visando o a elaboração do mapeamento planialtimétrico do sítio e do reservatório, bem como da área de preservação permanente.

Em julho de 2013, foi assinado o contrato para a realização dos estudos de engenharia relativos ao EVTE da usina. A fase de planejamento dos estudos e serviços foi concluída e a fase de levantamentos de campo encontra-se em desenvolvimento.

- **Estudo de viabilidade da UHE Prainha**

A UHE Prainha, localizada no Rio Aripuanã a 300 km de sua foz, tem potência instalada de 796,4 MW e reservatório a fio d'água com aproximadamente 263 km², nos municípios de Apuí e Novo Aripuanã, Estado do Amazonas (de acordo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Aripuanã). A EPE possui o registro ativo junto à ANEEL para realizar o estudo de viabilidade (Despacho nº 2143 de 27/06/2012).

No primeiro semestre de 2013, os Estudos de Viabilidade da UHE Prainha foram incluídos no PAC2 e foi procedida a elaboração da documentação para licitação do mapeamento cartográfico das áreas de interesse do aproveitamento, para o desenvolvimento do EVTE.

Em junho de 2013, foi assinado o contrato para execução dos mapeamentos cartográficos de detalhe da área do sítio e das áreas no final do reservatório, na região de interferência com o Parna Campos Amazônicos, e o mapeamento do reservatório e a da área de preservação permanente. Foram realizados todos os serviços de aquisição de dados a laser e do recobrimento aerofotogramétrico e parte dos levantamentos de campo, para apoiar e validar a restituição, e o processamento dos dados.

Em função dos resultados dos estudos de cartografia e a definição do limite do reservatório na área do Parna dos Campos Amazônicos, será aberto o processo de licenciamento no órgão ambiental competente e os estudos socioambientais serão iniciados.

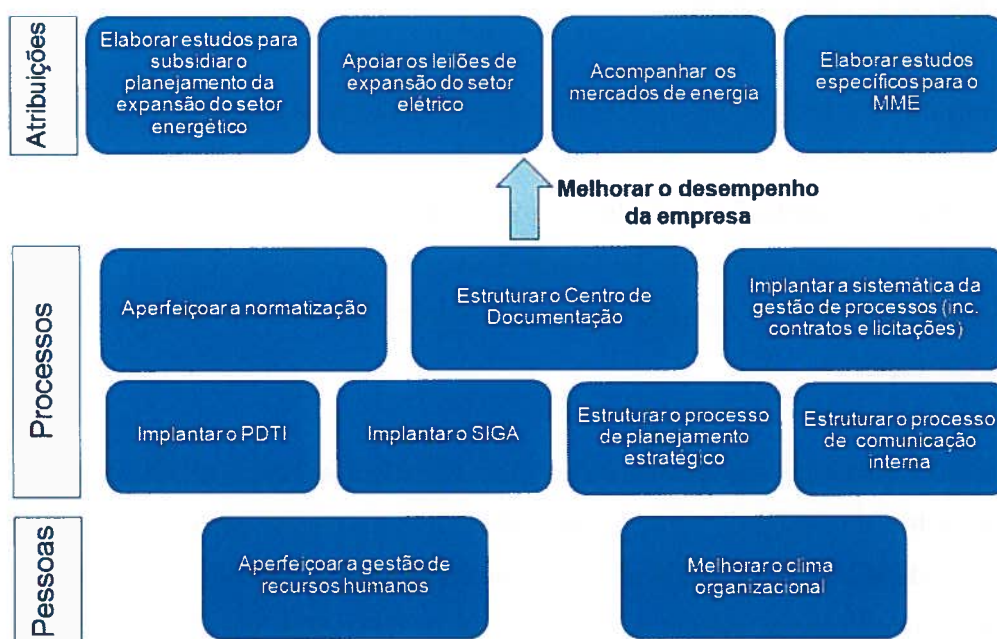
GESTÃO CORPORATIVA

- INSTRUMENTOS CORPORATIVOS DE GESTÃO

Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico 2012/2015 da EPE foi aprovado pelo Conselho de Administração em janeiro/2013 e se reveste de grande importância para a ordenação dos grandes desafios que têm que ser enfrentados para a consolidação da Empresa em seu papel de instituição estratégica para suporte ao planejamento energético do país.

A construção desse processo abordou diferentes perspectivas, tais como questões institucionais, de governança corporativa, de mercado, de gestão de processos de trabalho e de pessoas, e seguiu a diretriz básica de focar no reforço da capacidade interna da empresa para fazer frente à demanda de trabalho, de acordo com seus propósitos e sua missão. O resultado consolidado está representado por um Mapa Estratégico dividido em três dimensões - Pessoas, Processos e Atribuições – que permitiram identificar 13 Objetivos Estratégicos divididos em 22 projetos para o primeiro ciclo 2013/2015, conforme figura a seguir:



Pela natural complexidade que o estabelecimento de um maior nível de competência organizacional representa para qualquer empresa, está previsto, após o primeiro ano da implantação do PE, um diagnóstico com o objetivo de delinear possíveis ajustes nos anos seguintes.

A metodologia implantada contempla a realização de reuniões de acompanhamento mensal com os líderes de projeto e monitoramento trimestral pela Diretoria Executiva permitindo, dessa forma, a identificação de eventuais entraves na execução e a definição das ações corretivas necessárias à garantia de cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Assim, o Planejamento Estratégico da EPE deve ser capaz de assimilar mudanças e avanços ao longo do tempo. Caberá a esse processo endereçar corretamente esses desafios, prover formas de alinhamento das pessoas, principalmente das lideranças quanto às necessidades presentes e futuras da empresa.

Projeto CEDOC- Centro de Documentação da EPE

O Projeto CEDOC integra o Planejamento Estratégico da EPE e tem por objetivo o desenvolvimento e a implantação de metodologia de gestão de processos e gestão documental na empresa, com vistas a aumentar a eficiência dos processos de negócio, atendendo, ainda, às orientações dos órgãos de controle.

O CEDOC está estruturado em três frentes com implantação total até fevereiro/2016:

- Elaboração e implantação do Sistema Normativo;
- Implantação da plataforma de Gestão de Processos; e
- Criação e implantação da plataforma de Gestão Documental e operação do Centro de Documentação .

Em 2013 foram concluídas as contratações das consultorias para desenvolvimento dos três projetos integrantes do CEDOC, todavia restrições orçamentárias implicaram a suspensão dos serviços a partir de agosto/2013 com retomada somente em dezembro, exigindo a reformulação do cronograma inicialmente estabelecido, todavia a data final de implantação do CEDOC permanece sendo fev/2016.

Comitês Internos

Para cumprimento das políticas internas de gestão, a Diretoria Executiva constituiu comitês internos de apoio e assessoramento nas áreas de Planejamento Estratégico, Capacitação, Tecnologia da Informação, Segurança da Informação e Comissão de Ética. São colegiados permanentes compostos por representantes de cada Diretoria.

• GESTÃO DE PESSOAS

I- Quadro de Pessoal

A EPE, por sua natureza estratégica, desenvolve atividades predominantemente pautadas no capital intelectual, devendo, portanto, por meio de um corpo técnico de alta qualificação, garantir, na prestação de seus serviços, as bases teóricas necessárias ao desenvolvimento do setor energético brasileiro.

Com um quadro autorizado pelo DEST/MP de 338 empregados, composto por concursados regidos pelo Plano de Cargos e Salários-PCS, cedidos e ocupantes de Cargos Comissionados contratados por livre provimento e exoneração.

Em 2013, a EPE finalizou o ano com 288 empregados. Destes, 263 (91%) vinculados ao Plano de Cargos e Salários (PCS) da Empresa e os demais, cedidos ou ocupantes de cargos em comissão, de livre provimento. O quadro do PCS da EPE contempla cargos de nível superior e um cargo de nível médio. Para as posições de nível superior têm-se os cargos de Advogado, Analista de Pesquisa Energética (atividades finalísticas) e Analista de Gestão Corporativa (atividades de suporte e infraestrutura), que totalizaram 235 empregados (89% do PCS e 86% do quadro total da Empresa), dos quais 24 com Função Gratificada e um ocupando um Cargo Comissionado. Somado a isso, seu quadro de Assistente Administrativo, de nível médio, totalizou no período 28 empregados contratados (11% do PCS e 10% do quadro total da Empresa). As demais 25 posições foram ocupadas por cedidos ou ocupantes de Cargos Comissionados.

Em decorrência da Ação Civil Pública nº 0000741-88.2011.5.01.0038, que trata da extinção do Quadro Inicial, em dezembro de 2013, cumprindo-se o cronograma estabelecido, a EPE efetuou o desligamento dos empregados que foram contratados no início de suas atividades operacionais, em cargos de livre provimento, na forma da legislação pertinente, e que integraram o quadro

inicial, permanecendo vinculado à Empresa apenas um destes empregados, licenciado por acidente do trabalho desde setembro de 2013.

A EPE vem, ao longo de sua trajetória, enfrentando alguns períodos críticos para reposição e retenção de seu capital humano, muitos destes decorrentes da competitividade do mercado com a abertura de concursos e realização de convocações por parte de outros órgãos públicos, tais como o BNDES, PETROBRAS, ANP, dentre outros.

A atuação das equipes e da alta gestão da Empresa somam esforços para minimizar os impactos decorrentes destas barreiras que a EPE enfrenta, sendo uma das iniciativas o lançamento do 7º Concurso Público.

II- Concurso Público

O 6º Concurso Público realizado pela EPE em 2012, homologado em 09/01/2013, para formação de cadastro de reserva de 141 posições em cargos de Nível Superior e 15 destinadas ao Cargo de Nível Médio, teve seu prazo de validade prorrogado por oito meses e irá expirar em maio de 2014.

Ao longo do período de validade do Concurso, esgotou-se o cadastro reserva para a grande maioria das posições de nível superior, criando um cenário de dificuldades para reposição do capital humano necessário para o pleno desenvolvimento das atividades da EPE.

Visando a continuidade do suprimento do quadro de pessoal, a EPE programou para 2014 o lançamento de seu 7º Concurso Público.

III- Plano de Previdência Complementar

O Plano de Previdência Complementar da EPE é administrado pela Fundação Eletrobras de Previdência Complementar – ELETROS. Ao completar quatro anos de sua implantação, contava com 242 participantes vinculados, ou seja, 82,03% dos 295 elegíveis, além de 30 autopatrocinadores. O Plano EPE/Eletros teve um incremento de 26,5 % em seu patrimônio, que em dezembro de 2012 era de R\$ 23,4 milhões e ao final de 2013 passou a ser de R\$ 29,6 milhões.

IV- Capacitação, Qualidade de Vida e Promoções.

A EPE conta com um Comitê de Capacitação formado por representantes de todas as áreas da Empresa, designados pelos respectivos Diretores, que dentre outras competências, contribui de forma integradora na formulação de diretrizes, análise e proposição das ações de capacitação a serem executadas no exercício, possibilitando assim, a adoção de estratégias com abrangência institucional.

Em 2013 a atuação do Comitê foi fundamental para o redirecionamento das atividades de Capacitação a serem priorizadas, face ao contingenciamento orçamentário ocorrido, que resultou na redução de 85% da verba destinada à capacitação, executando-se o valor de R\$ 84.682,90, de um valor originalmente destinado de R\$ 550.000,00. Com isto, embora considerado estratégico para a Empresa, houve forte redução nas ações voltadas para a qualificação do corpo funcional.

Com recursos destinados as ações voltadas à gestão do PAC, foram promovidas capacitações técnicas para as áreas com projetos vinculados ao PAC, no valor de R\$ 82.106,29.

No que se refere às ações relacionadas à Qualidade de Vida, a Empresa avançou com campanhas informativas, ações voltadas para a saúde dos empregados, bem como outras de cunho social e integrativo.

No âmbito da sua política de promoção, aplicou a promoção por Tempo de Serviço, valendo-se do limite estabelecido de 1% da folha salarial.

• **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

A STI concluiu o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), com aprovação pela Diretoria Executiva. Em sequência, foi iniciado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Na Área de Infraestrutura Computacional e de Comunicações, foi concluída a conversão de todas as estações de trabalho para o sistema operacional Windows 7. Foram realizadas melhorias significativas no serviço de apoio ao usuário de TI (Service Desk), com a contratação de nova empresa terceirizada e instalação de software para as funções de Gerenciamento de Incidentes e de Requisições de Serviço, em conformidade com o ITIL. Foi transferido para o ambiente

computacional da EPE o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA), anteriormente residente na prestadora de serviços Domínio. Foi implementado software para redução do consumo de energia pelo cluster de Newave. Foram concluídos os processos licitatórios para modernização das estações de trabalho e ampliação do parque de servidores.

Na Área de Desenvolvimento de Sistemas iniciou-se a incorporação do Modelo de Reservas Não Descobertas de Empresas - RNDE ao Simulador Georeferenciado de Produção de Petróleo (SIMGEP - RD). Ainda na área de Petróleo e Gás, foi entregue o sistema BANDAP - Banco de Dados de Análise de Petróleo, utilizado para definição e simulação de cenários envolvendo o fracionamento de misturas de hidrocarbonetos. Finalizou-se o desenvolvimento do sistema para coletar e analisar as informações das Distribuidoras e dos grandes consumidores de gás natural do Plano de Expansão da Malha de Transporte de Gás (PEMAT). Também foi finalizado o primeiro módulo do projeto para sistematizar a previsão de consumo de combustíveis para os planos decenais - Sistema de Movimentação de Derivados de Petróleo (SMDP). Foi desenvolvido o novo sistema para solicitação e prestação de contas de viagens da empresa - VIG, atendendo aos controles exigidos pelas Superintendências de Recursos Logísticos e de Recursos Financeiros. Foram incorporadas ao Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos Geradores de Energia - AEGE e ao Sistema de Acompanhamento de Medições Anemométricas - AMA, novas funcionalidades para atender ao crescente número de empreendimentos cadastrados nos leilões de energia, possibilitando mais agilidade tanto nas habilitações técnicas, quanto nas análises das medições anemométricas.

• GESTÃO FINANCEIRA

Na qualidade de empresa pública de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social desde abril de 2008, a EPE vem desenvolvendo suas atividades econômico-financeiras, objetivando o aperfeiçoamento no planejamento financeiro, nos processos orçamentários, nas programações financeiras para custeio e investimento e nos registros contábeis, em conformidade com as legislações societária, tributária e previdenciária.

A seguir apresentamos as principais informações econômico-financeiras do exercício de 2013, comparativamente ao ano de 2012, em conformidade com a legislação societária.

Informações Econômico-Financeiras	2013	2012
Receita Bruta de Subsídios Públicos - R\$ mil	79.269	75.584
Custo dos Serviços - R\$ mil	(47.025)	(46.986)
Lucro Bruto (resultado do serviço) - R\$ mil	32.245	28.598
Despesas Operacionais (exceto despesas financeiras) - R\$ mil	(33.624)	(31.699)
Receitas (-) Despesas Financeiras - R\$ mil	80	294
Recuperação de Custos e Despesas - R\$ mil	96	0
Tributos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) - R\$ mil	0	0
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício - R\$ mil	(1.203)	(2.536)
EBITDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - R\$ mil	9	(1.661)
Liquidez Corrente	2,92	2,83
Índice de Endividamento	0,45	0,45
Retorno sobre o Patrimônio Líquido - (%)	(5,44)	(9,60)
Retorno do Investimento - ROI - (%)	97,67	84,72

Receita Bruta de Subsídios

A Receita Bruta de Subsídios contabilizada no exercício de 2013 atingiu o montante de R\$ 79.269 mil, representando um aumento de 4,87% em relação ao exercício de 2012, quando foi apropriado ao resultado o valor de R\$ 75.584 mil.

Custos dos Serviços

Os Custos dos Serviços registrados em 2013 foram de R\$ 47.025 mil, mantendo praticamente inalterados, em relação aos R\$ 46.986 mil contabilizados no exercício de 2012.

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais, excetuando as despesas financeiras, registradas no exercício foram de R\$ 33.624 mil, representando um aumento de 6,07 % em relação aos R\$ 31.699 mil contabilizados no exercício de 2012. O aumento das despesas operacionais decorreu dos

reajustes salariais concedidos no acordo coletivo de 2013/2014, dos reajustes nos contratos de aluguéis de imóveis e dos reajustes de outros serviços.

Receitas/Despesas Financeiras

As contas de receitas e despesas financeiras apresentaram um resultado líquido positivo em 2013 de R\$ 80 mil, representando uma diminuição de 267% em relação ao ano de 2012 (R\$ 294 mil).

As receitas financeiras totalizaram R\$ 1.123 mil (R\$ 377 mil em 2012). As despesas financeiras apropriadas no exercício de 2013 foram de R\$ 1.041 mil, enquanto que em 2012 totalizaram R\$ 84 mil.

Lucro (Prejuízo) do Exercício

A EPE apresentou no exercício de 2013 um prejuízo de R\$ 1.203 mil, enquanto que no exercício de 2012 foi de R\$ 2.536 mil, representando uma redução de 144%.

O prejuízo do exercício de 2013 foi decorrente, principalmente, da postergação da liberação dos recursos do PAC para 2014, relativos aos contratos de consultoria contabilizados na despesa do ano, gerando uma frustração de receita no exercício que será compensada no exercício seguinte.

Recursos Destinados a Futuro Aumento de Capital

O Tesouro Nacional, por intermédio do MME, liberou recursos no montante de R\$ 5.650 mil para cobertura de custeio e investimento da EPE, sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, no exercício de 2011 contabilizados diretamente no patrimônio líquido, com a finalidade específica de capitalização da Empresa; no exercício de 2013 foi efetuada atualização monetária no valor de R\$ 1.016 mil, totalizando o valor do AFAC em R\$ 6.666.

Execução Orçamentária - 2013

A EPE, na condição de Unidade Gestora vinculada ao MME, teve aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 12.798, de 04 de abril de 2013, seu orçamento para o exercício de 2013, conforme quadro a seguir:

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO DE 2013 EM R\$ MIL						
RUBRICAS	LOA 2013	CRÉDITO DISPONIBILIZADO (1)	TOTAL EMPENHADO (2)	SALDO DISPONÍVEL (3)=(1)-(2)	LIQUIDADO ATÉ 31/12/2013	% EMPENHADO (3) = (2) / (1)
1 - PESSOAL + ENCARGOS	52.805	56.108	56.100	8	54.691	99,99%
2 - PREVIDÊNCIAS PRIVADA	3.509	3.309	3.309	0	2.805	100,00%
3 - BENEFÍCIOS	3.027	4.005	3.962	43	3.926	98,93%
4 - CAPACITAÇÃO	550	550	85	465	85	15,40%
5 - CUSTEIO	15.004	15.665	12.281	3.384	11.501	78,40%
7 - CUSTEIO PAC	19.802	9.928	5.287	4.642	4.609	53,25%
8 - INVESTIMENTO	2.576	1.590	1.144	446	138	71,95%
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.741	6.741		6.741		
TOTAL GERAL	104.015	97.895	82.167	15.728	77.754	83,93%

(1) Total Empenhado e Liquidado inclui Acordo de Cooperação firmado com a Presidência da República no valor de R\$ 295.000,00

A execução orçamentária das despesas discricionárias sofreram impactos relevantes em decorrência dos limites autorizados para movimentação e empenho, definido pelas Portarias nº 267 e 268, conforme quadro a seguir:

	LOA + CRÉDITOS	LIMITE DEFINIDO
Anexo I – Despesas Correntes	15.914.610	12.157.187
Anexo I - Investimento	1.472.326	1.472.326

Dessa forma, as ações 2000 - Administração da Unidade (GND 3), 4572 – Capacitação e 20LI – Estudos do Planejamento do Setor Energético tiveram sua realização reduzida para atender aos limites definidos no exercício.

Em função da indisponibilidade orçamentária, novas práticas de gestão foram adotadas, não somente com o intuito de atender aos limites estabelecidos de empenho e pagamento, mais principalmente para melhorar a qualidade dos gastos, tais como:

- redução de postos de trabalho nos contratos de serviço de motorista e serviços gerais, que gerou uma variação entre os valores médios de 14% e 8% respectivamente;
- limitação e controle rigoroso de viagens;

- alteração do procedimento acionamento de refrigeração e iluminação, originando uma economia de 11% no gasto com energia elétrica com relação ao ano anterior;
- campanhas de conscientização de consumo de água e alteração de procedimento de manutenção de itens hidráulicos gerou economia de 10% no gasto de água com relação ao ano anterior;

Além do contingenciamento mencionado anteriormente, outros créditos suplementares e cancelamentos foram realizados nas dotações aprovados pela LOA, conforme detalhado a seguir:

Ação	Dotação Suplementar	Cancelamento	Instrumento Legal
Contribuição à Prev. Privada		200.000	Decreto de 12 de Dezembro de 2013
Auxílio - Alimentação	810.200		Decreto de 17 de Maio de 2013, Decreto de 14 de Outubro 2013 e Decreto de 12 de Dezembro de 2013
Assistência Pré-escolar	72.842		Decreto de 14 de Outubro 2013
Auxílio Transporte	10.000		
Assistência Médica	85.000		Decreto de 12 de Dezembro de 2013
Administração da Unidade - GND 1	3.302.410		Decreto de 14 de Outubro 2013 e Decreto de 12 de Dezembro de 2013
Administração da Unidade - GND 3	660.402		Decreto de 15 de Julho de 2013
Estudos Planejamento Setor Energético		660.402	
Estudo para Expansão da Malha de Gasoduto		1.500.000	Decreto de 12 de dezembro de 2013
Estudo de Inventário de Viabilidade		8.700.000	
Gestão e Coordenação do PAC	189.000		
Estudo para Expansão de Transmissão de energia		189.000	

AÇÕES INSTITUCIONAIS

Projeto META

O Projeto META constitui-se em um projeto de assistência técnica aos setores de energia e mineral, financiado por empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e coordenação geral do MME, responsável pelos repasses de recursos no âmbito do projeto.

Em março de 2013 foi celebrado o Termo de Cooperação Técnica e Financeira entre a União, por intermédio do MME, e a EPE (Termo de Cooperação MME/EPE nº 001/2013).

No que diz respeito à EPE, os recursos do Projeto META estão orçados em R\$ 8.439.518,00 (Fases 1 e 2) e destinam-se à contratação dos serviços técnicos especializados abaixo relacionados, a serem realizados a partir de 2014:

- Pesquisa do Consumo de Energia no Setor de Serviços: Tem por objetivo a construção de banco de dados consolidado e convertido em tabelas aplicáveis na modelagem para projeção do consumo de energia, em suas diferentes formas (eletricidade e combustíveis), para o setor de serviços no Brasil.
- Análise da Eficiência Energética em Segmentos Industriais Selecionados: O objetivo da contratação é a coleta de dados e informações do parque industrial brasileiro referentes à forma como a energia é utilizada, bem como a especificação de rendimentos, consumos específicos de energia, custos e tecnologias alternativas, entre outros itens, por segmento industrial. Os resultados desta pesquisa de campo subsidiarão os profissionais da EPE na identificação dos potenciais de conservação de energia, bem como, as tecnologias que poderão proporcionar ganhos de eficiência energética.
- Avaliação do Mercado Potencial de Gás Natural na Indústria Brasileira: Tem por objetivo a coleta de dados, bem como a identificação e a caracterização de polos (áreas ou regiões) industriais cujo potencial de consumo de gás natural no horizonte de tempo de interesse justifique a expansão das malhas existentes de suprimento ou a instalação de uma nova malha de transporte.

Acordo de Cooperação Técnica com Alemanha

Durante o ano de 2013, a EPE deu continuidade à função de coordenação técnica do Programa de Energias Renováveis e Eficiência Energética, voltado ao desenvolvimento de ações de eficiência energética, à implementação de projetos de inovação tecnológica, como o denominado “*smart grid*”, de geração solar heliotérmica (“CSP”) e apoio às ações de concessionárias em sistemas isolados, além de outros temas de interesse.

No âmbito do Acordo, a EPE vem realizando, com o apoio da GIZ, projetos e estudos nas áreas de geração eólica, geração solar fotovoltaica, heliotérmica, eficiência energética e biomassa para aproveitamento do biogás.

No tocante à eficiência energética, destaca-se a contratação de consultoria especializada para a identificação de medidas de eficiência energética objetivando a elaboração de curvas de custo potencial de energia conservada, em setores energo-intensivos da indústria e também de edificações brasileiras.

No âmbito do acordo de cooperação técnica, foi desenvolvido estudo conjunto com o DEWI GmbH que resultou na definição de critérios e metodologias de cálculo de índices regionais de vento aplicáveis à base de dados anemométricos mantida pela EPE (sistema AMA) (*Development of a Wind Index Concept for Brazil*). Em conjunto com a Camargo Schubert Engenharia Eólica, foi realizado o trabalho “Desenvolvimento de Metodologia para a Elaboração de um Atlas Eólico para o Brasil”.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da EPE, subordinada ao Conselho de Administração, entre outras atribuições previstas no Regimento Interno da Empresa, apoia e assessora a Alta Administração quanto ao controle da legalidade e conformidade dos atos administrativos praticados pelos gestores, com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade, eficiência e eficácia dos controles internos, e da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, observando o cumprimento das normas, regulamentos e da legislação, associados às suas operações, visando à melhoria da qualidade dos processos da Empresa.

Cabe à Auditoria Interna, ainda, monitorar as providências adotadas pela administração, exercendo o acompanhamento das recomendações e determinações constantes dos acórdãos e relatórios dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CGU) da administração pública, dentre outras ações.

O Planejamento da Auditoria Interna consubstanciado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) é submetido à aprovação da Controladoria Geral da União – CGU e, posteriormente, à aprovação do Conselho de Administração da Empresa. Nele estão estruturados os projetos de auditoria eleitos para avaliação dos principais processos da EPE, além de projetos destinados ao cumprimento de disposição legal, relativos à obrigatoriedade de emissão de parecer da Auditoria Interna sobre a Prestação de Contas Anual (PCA-EPE).

Perspectivas para o ano de 2014

Para o ano de 2014, nossos esforços estarão voltados para o contínuo desenvolvimento da força de trabalho; para a consolidação do quadro de pessoal autorizado, para a implementação, o monitoramento e o aperfeiçoamento do planejamento estratégico com vistas a que as suas ações possam repercutir favoravelmente no ambiente organizacional da empresa; para a continuidade da estratégia de melhoria da gestão de processos; para a consolidação/implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e a orientação na busca das melhores práticas de governança corporativa, visando criar um ambiente de controle dentro dos padrões adequados, com a disseminação dessa cultura junto ao seu quadro interno.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva da EPE agradece ao Ministério de Minas e Energia, aos seus clientes, fornecedores, parceiros e demais agentes setoriais, pelo apoio recebido no ano de 2013. Em especial, aos empregados, cedidos, estagiários e demais colaboradores e prestadores de serviços, pelo empenho, dedicação e capacidade profissional que tornaram possível enfrentar o desafio de consolidar a EPE, tarefa que prosseguirá e será ampliada em 2014, mercê dos necessários avanços que serão postos em prática.

Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012



Ministéri
Minas e Enc





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

ÍNDICE

Balanço Patrimonial - Ativo e Passivo	01
Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	02
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL	03
Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC	04
Demonstração do Valor Adicionado - DVA	05
Notas Explicativas -	06 a 20
Relatório dos Auditores Independentes	-
Manifestação da Auditora Interna	-
Parecer do Conselho Fiscal	-



EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
ATIVO		
Circulante		
Caixa e Equivalentes (nota 4)	24.087.956	24.856.660
Tributos a Recuperar ou Compensáveis (nota 5)	3.431.460	3.238.400
Adiantamentos a Empregados	164.156	222.603
Despesas Antecipadas	274.473	40.727
Outros Créditos	694.802	10.484
	<u>28.652.847</u>	<u>28.368.874</u>
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos Judiciais (nota 6)	2.365.027	1.899.300
Imobilizado (nota 7)	2.007.541	2.613.829
Intangível (nota 8)	1.137.235	1.636.398
	<u>5.509.803</u>	<u>6.149.527</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>34.162.650</u>	<u>34.518.401</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante		
Fornecedores Nacionais (nota 12)	2.022.279	3.332.497
Retenções Tributárias	437.593	20.059
Obrigações Trabalhistas e Sociais (nota 13)	6.128.014	6.031.199
Obrigações com a Cessão de Pessoal (nota 14)	907.573	313.952
Previdência Privada Complementar (nota 10)	1.024.205	897.144
	<u>10.519.664</u>	<u>10.594.851</u>
Não Circulante		
Provisões para Contingências (nota 9)	2.000	96.000
	<u>2.000</u>	<u>96.000</u>
Patrimônio Líquido		
Capital Subscrito (nota 15)	20.544.367	20.544.367
Adiantamento para Futuro Aum.de Capital (nota 16)	6.666.166	5.650.000
Prejuízos Acumulados	(3.569.546)	(2.366.817)
	<u>23.640.987</u>	<u>23.827.550</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>34.162.650</u>	<u>34.518.401</u>

As Notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE**

CNPJ: 06.977.747/0001-80

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO
(Em reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
RECEITA BRUTA DE SUBSÍDIOS PÚBLICOS		
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional (nota 20A)	79.269.440	75.583.758
RECEITA LÍQUIDA DE SUBSÍDIOS PÚBLICOS	<u>79.269.440</u>	<u>75.583.758</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS		
Remunerações	(25.802.896)	(24.730.985)
Encargos Sociais	(6.726.141)	(6.733.726)
Benefícios	(4.388.865)	(4.803.916)
Materiais	(77.633)	(95.023)
Serviços de Terceiros	(7.492.271)	(9.136.872)
Taxas Municipais e Estaduais	(737.285)	(240)
Gerais de Funcionamento das Instalações	(65.100)	(37.353)
Gerais da Administração	(1.725.378)	(1.447.854)
Outros Custos	(9.282)	-
	<u>(47.024.851)</u>	<u>(46.985.969)</u>
LUCRO BRUTO	<u>32.244.589</u>	<u>28.597.789</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Remunerações	(14.417.969)	(13.119.615)
Encargos Sociais	(3.866.920)	(3.483.048)
Benefícios	(2.457.290)	(2.474.735)
Materiais	(118.345)	(148.431)
Serviços de Terceiros	(3.536.588)	(4.278.236)
Taxas Municipais e Estaduais	(4.227)	(32.569)
Provisões para Contingências	94.000	(25.163)
Gerais de Funcionamento das Instalações	(8.042.792)	(7.139.723)
Gerais da Administração	(1.177.251)	(972.584)
Receitas (Despesas) Financeiras	48.027	277.249
Outras Receitas (Despesas) operacionais	32.036	262.935
	<u>(33.447.318)</u>	<u>(31.133.920)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IRPJ E DA CSLL	<u>(1.202.729)</u>	<u>(2.536.131)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(1.202.729)</u>	<u>(2.536.131)</u>

As Notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



Empresa de Pesquisa Energética

EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE
CNPJ: 06.977.747/0001-80
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO
(Em reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2012	<u>20.544.367</u>	<u>5.650.000</u>	<u>(2.366.817)</u>	<u>23.827.550</u>
Atualização monetária	-	1.016.166	-	1.016.166
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	(1.202.729)	(1.202.729)
Saldos em 31/12/2013	<u>20.544.367</u>	<u>6.666.166</u>	<u>(3.569.546)</u>	<u>23.640.987</u>

As Notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO
 (Em reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.202.729)	(2.536.131)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e amortização	1.496.485	1.438.952
Ajuste de exercícios anteriores	-	(51.654)
	<u>293.756</u>	<u>(1.148.833)</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Tributos a recuperar ou compensáveis	(193.060)	(146.895)
Adiantamentos a Empregados	58.447	(62.160)
Despesas antecipadas	(233.746)	40.605
Depósitos Judiciais	(465.727)	(11.648)
Outros Créditos	(684.318)	5.245
	<u>(1.518.404)</u>	<u>(174.853)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores Nacionais	(1.310.218)	1.428.693
Retenções Tributárias	417.534	(369.369)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	96.815	726.144
Obrigações com a Cessão de Pessoal	593.621	(100.891)
Provisões para Contingências	(94.000)	25.163
Previdência Privada Complementar	127.061	142.622
Retenções Contratuais	-	(167.813)
	<u>(169.187)</u>	<u>1.684.549</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas ativ. operacionais	<u>(1.393.835)</u>	<u>360.863</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição / (baixa) do imobilizado	(173.891)	(325.212)
Aquisição de intangível	(217.143)	(284.636)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas ativ. de investimentos	<u>(391.034)</u>	<u>(609.848)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.016.166	-
Pagamentos de dividendos	-	(3.165.319)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas ativ. de financiamentos	<u>1.016.166</u>	<u>(3.165.319)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(768.704)</u>	<u>(3.414.304)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.856.660	28.270.964
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24.087.956	24.856.660

As Notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE CNPJ: 06.977.747/0001-80 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO (Em reais)		
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas	79.286.540	75.855.004
Subsídios Públicos	79.183.362	75.583.758
Outras Receitas	103.177	271.246
Insumos	13.147.717	15.568.164
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	13.147.717	15.568.164
Valor Adicionado Bruto	66.138.823	60.286.840
Depreciação e Amortização	1.496.913	1.438.951
Valor Adicionado Líquido produzido	64.641.910	58.847.889
Valor Adicionado recebido em transferência	1.200.702	376.614
Receitas Financeiras	1.072.238	360.574
Reversão de Custos e Despesas	128.464	16.040
Valor Adicionado Total a Distribuir	65.842.612	59.224.503
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	52.381.581	49.631.661
Remuneração Direta	41.806.528	39.093.940
Benefícios	6.846.155	7.278.651
FGTS	3.728.898	3.259.070
Governos (Impostos, taxas e contribuições)	7.774.916	7.154.254
Federais (inclui a contribuição previdenciária e sindical)	7.601.115	6.957.704
Estaduais (inclui IPVA)	729	1.296
Municipais	173.072	195.254
Remuneração do capital de terceiros	6.888.844	4.974.719
Juros	1.041.289	83.325
Alugueis	5.824.410	4.833.972
Outras	23.145	57.422
Remuneração dos Capitais próprios	(1.202.729)	(2.536.131)
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(1.202.729)	(2.536.131)
Valor Adicionado Total Distribuído	65.842.612	59.224.503

As Notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores em Reais)**

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME e constituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto n.º 5.184 de 16 de agosto de 2004.

A EPE tem como atividade principal prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Compete também a EPE:

- Elaborar e publicar o balanço energético nacional;
- Identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;
- Dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;
- Obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica selecionados.

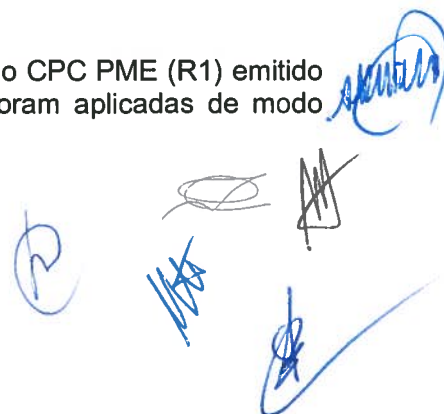
O Estatuto Social da EPE foi aprovado pelo Decreto n.º 5.184, de 16 de agosto de 2004.

A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa, a partir de abril de 2008, passou a receber subsídios públicos para custeio e investimento de suas atividades comerciais.

A EPE declara que está adotando as Leis de nº 11.638, de 28 dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e que optou pela adoção do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC das Pequenas e Médias Empresas - PME (R1) (NBC T 19.41).

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da EPE estão de acordo com o CPC PME (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.



Para atender a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, o DL nº 200 de 25 de fevereiro de 2007, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal, e considerando todas as alterações introduzidas nestes dispositivos legais, a EPE vem praticando, a partir de 2008, também a Contabilidade aplicada ao setor público por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que permite o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

2.1 Base de preparação das principais políticas contábeis

A preparação de Demonstrações Contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

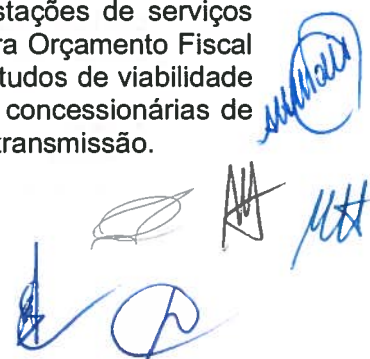
Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da EPE, e também a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa registrados na conta única do Tesouro Nacional.

A partir da migração do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, ocorrida em 2008, os saldos disponíveis em conta bancária junto ao Banco do Brasil, aplicados no Fundo de Renda Fixa BB-Extra mercado FAE, provenientes de recursos gerados pela EPE, foram recolhidos ao Tesouro Nacional, em conta única, identificados em fonte de recursos próprios e vinculação específica na Unidade Gestora da Empresa.

Também foram alocados na Conta Única como recursos próprios os valores recebidos do MME, relativos aos créditos decorrentes de prestações de serviços realizadas até março de 2008 e liquidados após a migração para Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, bem como os valores dos custos de estudos de viabilidade de projetos hidrelétricos e de transmissão reembolsados pelas concessionárias de energia elétrica vencedoras de leilões de energia e de redes de transmissão.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large circular signature and several smaller initials.

A partir do recolhimento dos recursos próprios para a Conta Única os valores disponíveis não estão sendo remunerados pelo Tesouro Nacional.

2.4 Instrumentos Financeiros Básicos

A EPE não possui instrumentos financeiros.

2.5 Contas a Receber de Clientes

A EPE não possui Contas a Receber de Clientes desde sua migração do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para o Orçamento Fiscal e da Seguridade, ocorrida em abril de 2008, deixou de emitir faturamentos.

2.6 Investimentos em coligadas

A atividade da EPE, definida em seu Estatuto Social, conforme contexto operacional, não contempla participações em empresas coligadas e interligadas.

2.7 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis aos bens necessários para uso da administração.

O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.8 Ativos Intangíveis

Software

As licenças adquiridas separadamente são registradas pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor justo. Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

2.10 Provisões

A Empresa é parte envolvida em processos judiciais em andamento de natureza cível, com indicativo de perda provável na avaliação da Consultoria Jurídica da EPE.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando:

- a) A Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- b) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação;
- c) E o valor possa ser estimado com segurança.

2.11 Passivo Contingente

A Empresa é parte envolvida em processos judiciais em andamento de naturezas cíveis, trabalhistas, administrativas e outras, com indicativo de perda possível, porém não provável, na avaliação da Consultoria Jurídica da EPE.

Seguindo-se aos critérios estabelecidos na CPC 25 essas ações judiciais não foram reconhecidas haja vista inexistirem elementos suficientes para classifica-las como perdas prováveis. A sua existência somente poderá ser confirmada pela ocorrência de eventos futuros incertos, não totalmente controlados pela EPE.

2.12 Benefícios a empregados

Previdência Privada

A partir das aprovações pelos órgãos internos da Empresa, compreendendo a Diretoria Executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal e pelos órgãos externos da administração pública a que a se submete, neles incluídos o Ministério de Minas e Energia – MME, o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, a EPE, na condição de Patrocinadora, celebrou Convênio de Adesão com a Fundação Eletrobrás de Seguridade Social –



ELETROS visando ingressar no Plano de Previdência denominado "Plano EPE", estruturado na modalidade de Contribuição Variável – CV. Para custear o referido Plano a EPE contribui mensalmente, paritariamente com os empregados, dirigente ou aqueles em exercício de função, denominados Participantes, com parcelas calculadas sobre as remunerações, inclusive o 13º salário, conforme estabelecido no Plano de Custeio.

Para os empregados que optaram em contribuir a partir de sua admissão, a título de tempo de serviços passados, a EPE contribui com a mesma importância, nas condições estabelecidas no Regulamento Específico do Plano de Previdência ELETROS/EPE.

Foram definidas as seguintes contribuições previdenciárias para os participantes e patrocinadora:

- 3% (três por cento) da parcela de remuneração mensal compreendida até o valor do teto de contribuição da Previdência Social e,
- 11% (onze por cento) da parcela de remuneração que exceder o limite do teto da Previdência Social.

Por opção do Participante a contribuição mensal poderá ser reduzida semestralmente em 25% (vinte e cinco por cento) ou 50% (cinquenta por cento), ocorrendo também à redução da contribuição básica da Patrocinadora.

Dado às características definidas no Plano CV não existem obrigações adicionais da Patrocinadora após efetuar os pagamentos das contribuições.

As contribuições feitas pela Patrocinadora são reconhecidas como despesas de benefícios concedidos a empregados.

2.13 Reconhecimento da Receita

A EPE tem como atividade principal estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurada com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Receita de Subsídios Públicos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right, a signature below it, and several initials and marks at the bottom right.

As receitas da EPE são oriundas de dotações orçamentárias, para custeio de despesas e investimentos, através do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A Empresa poderá futuramente prestar serviços a terceiros, ensejando a emissão de Notas Fiscais de Serviços.

b) Receita financeira

A receita financeira é decorrente da atualização da taxa Selic de tributos a compensar, da atualização monetária dos depósitos judiciais, dos descontos obtidos em pagamentos a fornecedores e doações recebidas.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

4 CAIXA E EQUIVALENTES

Os Recursos disponíveis em banco (b) provenientes do Tesouro Nacional, também identificadas por fontes e vinculações, destinam-se principalmente ao pagamento de fornecedores, pessoal próprio e pessoal cedido de outras empresas estatais e de órgãos públicos, encargos sociais e previdência privada, vencíveis no início de 2014, em consonância com as Programações Financeiras enviadas ao MME para a primeira quinzena de janeiro de 2014.

Descrição	Exercício	
	2013	2012
a - Recursos do Tesouro Nacional	20.405.088	20.405.088
b - Recursos em bancos	3.682.868	4.451.572
Total	24.087.956	24.856.660

5 TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSÁVEIS

Os créditos tributários a recuperar ou a compensar originaram-se de:

- ISS a Recuperar: Retenção a ser compensada com recolhimentos futuros;
- INSS a Recuperar: Retenção a ser compensada com recolhimentos futuros;
- IRPJ a Compensar: Saldo negativo de 2008, 2010, 2011 e 2012 configurado na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – DIPJ e originário de pagamentos e retenções maiores do que o valor devido ao final do ano de 2013;

- CSLL a Compensar: Saldo negativo de 2008, 2010, 2011 e 2012 configurado na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – DIPJ e originário de pagamentos e retenções maiores do que o valor devido ao final do ano de 2013;
- Outras retenções de tributos: Retenção e pagamentos a serem compensados.

Descrição	Exercício	
	2013	2012
ISS a Recuperar	2.632	-
IRPJ a Compensar	2.487.279	2.021.795
CSLL a Compensar	851.976	1.117.602
PASEP a Compensar	12.334	11.665
COFINS a Compensar	56.925	53.837
Outras Retenções e Tributos	20.314	33.502
Totais	3.431.460	3.238.400

6 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB realizou no exercício de 2009 o Mandado de Procedimento Fiscal nº 01.1.01.00.2009.001203-0, visando o cumprimento das obrigações previdenciárias relativas à remuneração dos segurados empregados e contribuintes individuais.

Ao finalizar o Procedimento Fiscal foi constituído crédito previdenciário e lavrados os autos de infração DECAB nº. 37.200.111-4, 37.200.112-2, 37.200.113-0, 37.200.114-9, 37.200.115-7, 37.200.116-5, 37.200.117-3, e 37.262.717-0, face ao entendimento da SRFB de descumprimentos de obrigações principais e acessórias, imputando à empresa o lançamento de contribuições previdenciárias acrescidas de juros e multas. A decisão da SRFB no processo administrativo tributário foi no sentido de manter o lançamento e tornar definitiva a constituição do crédito tributário.

Em razão de tais fatos, a EPE ingressou na 13ª. Vara Federal de Brasília - DF, ajuizando ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, resultando no Processo nº. 18936-44.2010.01.3400, visando suspender a exigibilidade do crédito tributário de forma a restabelecer a Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa das Contribuições Previdenciárias e de Terceiros até decisão definitiva da demanda judicial.

Por decisão da Justiça Federal da 13ª. Vara de Brasília - DF o pedido de antecipação de tutela foi indeferido, facultando à EPE o direito de realizar depósito integral do débito controvertido, a fim de gerar de imediato os efeitos legais para suspensão da exigibilidade da cobrança e a garantia do juízo.

Em 14 de junho de 2010, após autorização da Diretoria Executiva da Empresa, realizou-se o depósito judicial, no valor de R\$ 1.887.652,43 com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos da ação anulatória de débito fiscal nº. 18936-44.2010.4.01.3400 em curso perante a 13ª Vara Federal de Brasília – DF. Tal depósito possibilitou a emissão da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros em nome da EPE, em 25 de junho de 2010..

A partir de 2013, os valores passaram a ser atualizados pela remuneração da caderneta de poupança mensal.

Descrição	Exercício	
	2013	2012
Contribuições Previdenciárias	2.352.202	1.887.652
Outros - Processos trabalhistas	12.825	11.648
Total	2.365.027	1.899.300

7 IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e sua depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Instalações – dez anos
Máquinas e Equipamentos – dez anos
Equipamentos de Informática - cinco anos
Móveis e Utensílios - dez anos

Imobilizado	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Totais
Em 31 de dezembro de 2012	314.513	440.614	1.150.452	708.250	2.613.829
Adições (baixas)		28.344	184.409		212.753
(-) Depreciação	-64.373	-77.472	-553.338	-123.859	-819.041
Em 31 de dezembro de 2013	250.140	391.487	781.523	584.391	2.007.541

8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os itens classificados como intangíveis no âmbito da EPE se referem às aquisições de licenças de softwares, de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 04.

A amortização do Ativo Intangível é calculada usando o método linear para alocar

seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em cinco anos.

Intangível	
Em 31 de dezembro de 2012	1.636.398
Adições (baixas)	217.143
(-) Amortização	-716.306
Em 31 de dezembro de 2013	1.137.235

9 AÇÕES JUDICIAIS

A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros.

A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável.

As ações judiciais existentes na EPE estão assim apresentadas:

a) Ações com perdas prováveis:

Descrição	Exercício	
	2013	2012
Cíveis	2.000	96.000
Total	2.000	96.000

Constituiu-se a Provisão de R\$ 2.000,00 (Dois mil Reais), de demandas judiciais não fiscais com base no parecer da Consultoria Jurídica da EPE, que realizou avaliação como perda provável para as mesmas.

b) Ações com Perdas possíveis:

Descrição	2013
Cíveis	31.021
Trabalhistas	50.000
Administrativas	3.621.658
Outros	68.557
Total	3.841.792

Não foram constituídas provisões para as Demandas Judiciais que tiveram parecer da Consultoria Jurídica com avaliação de perda como possíveis, conforme critérios estabelecidos no CPC 25 estas ações foram classificadas como Passivo Contingente.

Tratam-se das seguintes Ações Judiciais:

Cíveis: ações movidas em relação a licenciamentos de UHE e editais de concursos público;

Trabalhistas: ações movidas por ex-empregados relacionadas a danos morais e nulidade de dispensa sem justa causa;

Administrativas: pendências junto aos órgãos de arrecadação relacionados indeferimentos de pedidos de compensação de tributos e auto de infração por cobrança de ISS.

Outros: ação renovatória para contrato de locação

10 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os gastos com a previdência privada complementar relativos à contribuição da Patrocinadora foram de R\$ 2.909.520 em 2013 (R\$ 2.520.222 em 2012).

As obrigações financeiras da EPE com a ELETROS registradas no Passivo Circulante estão sendo cumpridas integralmente, são vencíveis até o 5º. dia útil do mês subsequente aos descontos e ou aportes diretos dos Participantes, paritariamente com a contribuição da Patrocinadora e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro:

Descrição	Exercício	
	2013	2012
A - Com Contribuições dos Empregados	510.633	438.103
B - Com Contribuições da Patrocinadora	513.572	459.041
	1.024.205	897.144

11 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em atendimento a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra "e", da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, o quadro abaixo demonstra as remunerações dos administradores e empregados, bem como os salários médios, de acordo com o Plano de Cargos e Salários da EPE, aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, no exercício de 2013:



Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	R\$ 28.059,29	R\$ 19.187,70 (*)	R\$ 23.638,11
Empregados – Nível Médio	R\$ 2.794,53	R\$ 2.345,15	R\$ 2.477,85
Empregados – Nível Superior	R\$ 22.068,56 (**)	R\$ 8.445,75	R\$ 10.577,88

(*) Complemento de honorários pagos pela EPE à Dirigente cedido de órgão público: mantém remuneração na origem.

(**) Empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Cargo em Comissão ou de Função Gratificada. Incluída na remuneração o valor referente diferença entre o valor da remuneração global do Cargo em Comissão ou Função Gratificada para o qual foi designado e a remuneração do cargo efetivo.

12 FORNECEDORES

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais, no montante de R\$ 2.022.279 conforme abaixo detalhado:.

Vencidos	A Vencer	Total
R\$ 326.613	R\$ 1.695.666	R\$ 2.022.279

Os débitos vencidos, no montante de R\$ 52.646,70 (Cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e sete Reais e setenta centavos) não foram pagos até o final do exercício, visto que não foram efetuados os repasses orçamentários / financeiros correspondentes por parte da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, além do montante de R\$ 273.966,66 (Duzentos e setenta e três mil, novecentos e sessenta e seis Reais e sessenta e seis centavos) que são objetos de contestações junto aos fornecedores.

13 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Os pagamentos das obrigações trabalhistas e sociais, tais como férias e os respectivos encargos incidentes (INSS, FGTS e Outros), são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência. A seguir apresentamos os respectivos valores registrados nos exercícios de 2012 e 2013:

Descrição	Exercício	
	2013	2012
Provisões de férias a pagar	4.975.752	4.738.613
INSS a Recolher	811.320	789.659
FGTS a Recolher	336.767	368.175
Outros	4.175	134.750
Total	6.128.014	6.031.197

14 OBRIGAÇÕES COM A CESSÃO DE PESSOAL

As obrigações apresentadas neste grupo decorrem da cessão de empregados de empresas estatais à EPE, os quais tiveram origem nas movimentações de dezembro de 2013 e seus vencimentos ocorrerão no início de 2014. A seguir está apresentado o quadro comparativo:

Descrição	Exercício	
	2013	2012
Estatais	907.573	313.952
Total Geral	907.573	313.952

O considerável aumento do saldo registrado em 31/12/2013 decorre especialmente do valor de R\$ 694.573,26; cobrado por FURNAS Centrais elétricas S/A referente a despesa que é objeto de discussão e negociação entre as partes.

15 CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPE é de R\$ 20.544.367 (vinte milhões quinhentos e quarenta quatro mil e trezentos e sessenta sete reais) totalmente integralizado pela União.

16 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa passou a receber, além dos subsídios públicos, registrados na receita operacional, recursos do Tesouro Nacional sob a forma de adiantamentos para futuro aumento de capital, para utilização no custeio e investimento de suas atividades comerciais.

O montante recebido no exercício de 2012 foi de R\$ 5.650.000,00, registrado no Patrimônio Líquido, com a finalidade exclusiva de futuramente serem capitalizados, mediante proposta da Diretoria Executiva, para aprovação nos Conselhos de Administração e Fiscal e após a anuência dos Ministros de Minas e Energia e da Fazenda com o encaminhamento para a emissão de Decreto Presidencial visando à alteração do capital social, em conformidade com o Estatuto Social da EPE.

A partir de 2013, os valores passaram a ser atualizados pela taxa SELIC mensal, conforme determina o artigo III, parágrafo 2º do estatuto da EPE.

17 RESULTADO DO EXERCÍCIO

A EPE apresentou no exercício de 2013 um Prejuízo de R\$ 1.202.729 (2012, prejuízo de R\$ 2.536.131). O referido resultado decorre principalmente dos subsídios recebidos para quitação de despesas apropriadas ao resultado em 2013 e vencíveis em 2014, deduzidas das provisões de férias e 13º salário, dos ajustes de provisões para pagamento de férias e 13º salário decorrentes do acordo coletivo de trabalho, assinado em novembro/2013, dos compromissos com fornecedores vencíveis a partir de janeiro de 2014, bem como pelas depreciações e amortizações apropriadas, líquidas das receitas de subsídios para liquidação dos valores aplicados no investimento.

18 REMUNERAÇÃO AO AÇIONISTA

O Estatuto Social da EPE, Capítulo IX, artigo 29, estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado para pagamento de remuneração ao seu acionista. Como no exercício de 2013 a EPE apurou prejuízo, não aplicou o disposto no Estatuto.

19 RECEITA

A composição das receitas:

Descrição	Exercícios	
	2013	2012
a) Subsídios Públicos		
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	79.269.440	75.583.758
b) Outras Receitas		
Receita Financeira	1.089.338	360.574
Reversão de custos/despesas	128.464	16.040
Outras Receitas		271.246
Total	80.487.242	76.231.618

20 CUSTOS E DESPESAS DE SALÁRIOS E BENEFÍCIOS A EMPREGADOS:

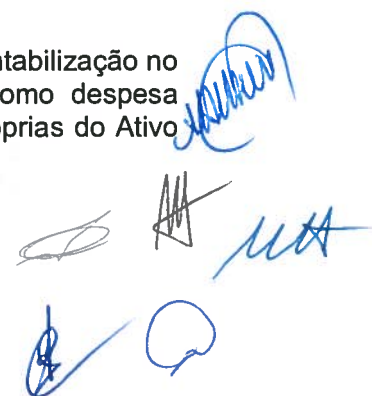
Natureza das despesas	Exercícios	
	2013	2012
Remunerações (salários, provisões de férias e 13º)	40.220.865	37.850.601
Previdência Privada Complementar - Eletros	2.771.108	2.909.519
Auxílio Alimentação e Transporte	2.680.447	3.202.041
Auxílio Moradia e Creche	536.023	465.830
Assistência Médica e Odontológica	795.881	701.260
Outros Benefícios	62.696	-
Total	44.709.924	45.129.251

21 CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO SOCIETÁRIO E O BALANÇO SIAFI

Em cumprimento ao Acórdão nº 2016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União em 6 de novembro de 2006, apresentamos a seguir as conciliações dos saldos das contas dos Balanços Patrimoniais registrados de acordo com a Lei nº 6.404,/76 e suas alterações com os saldos registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em conformidade com Lei nº 4.320/64, o DL nº 200/67, e a Lei Complementar nº 101/2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal e suas atualizações:

Descrição	Lei 6.404/76	Lei 4.320/64	Diferença	Obs.
Ativo Circulante	31.017.874	29.719.436	1.298.438	a
Ativo Não Circulante	3.144.776	3.145.287	(510)	b
Passivo Circulante	(10.615.664)	(15.531.371)	(4.915.707)	c
Patrimônio Líquido	(23.546.987)	(17.333.352)	6.213.635	d

- a) As diferenças apuradas no Ativo Circulante são decorrentes, principalmente da utilização de créditos tributários registrados na conta de tributos a compensar, para pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em decorrência da apuração de base positiva de contribuição social sobre lucro líquido e lucro real, no ano de 2013, registradas na contabilidade aplicada ao setor público em janeiro de 2013, bem como os adiantamentos de férias concedidos aos empregados em dezembro de 2013 e reconhecidas como despesa no SIAFI.
- b) As diferenças no Ativo Não Circulante são decorrentes do critério de contabilização no SIAFI para os bens do Ativo Imobilizado, registrados inicialmente como despesa orçamentárias e posteriormente transferidas para compor as contas próprias do Ativo Imobilizado, tendo sido ajustadas em janeiro de 2014.



- c) As diferenças identificadas no Passivo Circulante referem-se às provisões feitas nas contas de fornecedores relativas à competência dezembro de 2013, registrados na contabilidade societária em dezembro de 2013 e no SIAFI em janeiro de 2014.
- d) As diferenças no patrimônio líquido estão diretamente relacionadas aos critérios utilizados na contabilidade aplicada ao setor público, citados nos itens (a), (b) e (c), principalmente com tributos apurados sobre o lucro (Contribuição Social e Imposto de Renda), adiantamento de férias, as provisões de fornecedores de materiais e serviços e dividendos a pagar, de bens e serviços destinados ao ativo imobilizado e reconhecidos como despesas, registrados na contabilidade societária em dezembro de 2013 e na contabilidade aplicada ao setor público em janeiro de 2014.
- e) Em resumo, a principal diferença decorre da aplicação de distintos regimes de escrituração contábil: na contabilidade pública o Regime é Misto, ou seja, Regime de Caixa para as receitas e Regime de Competência para as despesas. Na contabilidade regida pela Lei nº 6.404/76, é utilizado o Regime de Competência tanto para as receitas, quanto para as despesas.



Maurício Tiomno Tolmasquim
Presidente



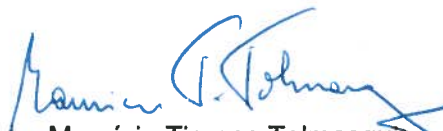
José Carlos de Miranda Farias
Diretor de Estudos de Energia Elétrica



Amílcar Gonçalves Guerreiro
Diretor Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais



Alvaro Henrique Matias Pereira
Diretor de Gestão Corporativa



Maurício Tiomno Tolmasquim
Diretor de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Interino



Sérgio Araujo de Souza
CRC-RJ 083337/O-1 - Contador



Domínio Contabilidade Ltda
Marluci Azevedo Rodrigues
CRC/RJ 059203/O-4 S DF - Tec. Contábil

RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA – EPE
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, que compreendem o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2013, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Empresa de Pesquisa Energética - EPE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Pesquisa Energética - EPE em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

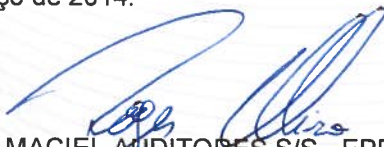
Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de grande porte e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.


Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício de 2012, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório em 08 de março de 2013, sem modificação na opinião.

Rio de Janeiro, RJ, 11 de março de 2014.



MACIEL AUDITORES S/S - EPP
CRC/RS 5460/O-0 - S - RJ
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O-3 - S - RJ
RESPONSÁVEL TÉCNICO



ROSÂNGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC/RS 65.932/O - 7 - S - RJ
RESPONSÁVEL TÉCNICA



Empresa de Pesquisa Energética

MANIFESTAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EPE – EXERCÍCIO 2013

Ao
Conselho de Administração
Empresa de Pesquisa Energética - EPE

A Unidade de Auditoria Interna da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, consoante disposição contida no inciso VIII do art. 16 do Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 5.184, de 16/08/2004, com observância das atribuições fixadas no art. 15 do Decreto no 3.591, de 6/9/2000, com a redação que lhe foi dada pelos Decretos nsº 4.304, de 16/07/2002, e 4.440, de 25/10/2002, apresenta manifestação sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

2. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade e da Lei das Sociedades por Ações (e nas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009), e estão constituídas, segundo as disposições do art. 176 da Lei nº 6.404/76, pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração do Resultado do Exercício, pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, pela Demonstração do Fluxo de Caixa, pela Demonstração do Valor Adicionado e pelas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. A EPE optou pela adoção do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC das Pequenas e Médias Empresas – PME (NBC TG 1000).

3. A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Assim, a empresa vem praticando, desde 2008, também a contabilidade aplicada ao setor público por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em conformidade à Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, o Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 2007, e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

4. Devido a não convergência de todos os critérios contábeis, o Balanço Societário apresenta diferenças quando confrontado com o Balanço extraído do sistema SIAFI. Essas diferenças estão devidamente demonstradas conforme exposto na Nota Explicativa de nº 21 que acompanha o Balanço. A conciliação dos saldos das contas dos Balanços (contabilidade social x contabilidade pública) foi realizada em cumprimento ao determinado no Acórdão nº 2016/2006 do Tribunal de Contas da União. A principal diferença decorre da aplicação de diferentes regimes de escrituração contábil: na contabilidade pública o Regime é Misto, ou seja, Regime de Caixa para as receitas e Regime de Competência para as despesas. Na contabilidade regida pela Lei nº 6.404/76, é utilizado o Regime de Competência tanto para as receitas, quanto para as despesas.



Empresa de Pesquisa Energética

5. A EPE apresentou no exercício de 2013 um Prejuízo de 1.202.729 (um milhão, duzentos e dois mil, setecentos e vinte e nove reais); no ano anterior houve prejuízo no montante de R\$ 2.536.131 (dois milhões, quinhentos e trinta e seis mil, cento e trinta e um reais).

6. O prejuízo apurado no período de janeiro a dezembro de 2013 foi decorrente, principalmente, dos subsídios recebidos para quitação de despesas apropriadas ao resultado em 2013 e vencíveis em 2014, deduzidas das provisões de férias e 13º salário, dos ajustes de provisões para pagamento de férias e 13º salário decorrentes do acordo coletivo de trabalho, assinado em novembro/2013, dos compromissos com fornecedores vencíveis a partir de janeiro de 2014, bem como pelas depreciações e amortizações apropriadas.

7. O Capítulo IX, artigo 29 do Estatuto Social da EPE estabelece a distribuição obrigatória de um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado para pagamento de remuneração ao seu acionista. Como no exercício findo em 31/12/2013 a EPE apurou prejuízo, não há que se aplicar o referido dispositivo Estatutário.

8. No exercício anterior (2012) a EPE recebeu, além dos subsídios públicos, registrados na receita operacional, recursos oriundos do Tesouro Nacional sob a forma de adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 5.650.000,00, para utilização no custeio e investimento de suas atividades comerciais. Estes recursos foram registrados no Patrimônio Líquido, com a finalidade exclusiva de futuramente serem capitalizados, mediante proposta da Diretoria Executiva, para aprovação nos Conselhos de Administração e Fiscal e após a anuência dos Ministros de Minas e Energia e da Fazenda com o encaminhamento para a emissão de Decreto Presidencial visando à alteração do capital social, em conformidade com o Estatuto Social da EPE. A partir de 2013, os valores passaram a ser atualizados pela taxa SELIC mensal, conforme determina o artigo III, parágrafo 2º do estatuto da EPE.

9. A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros. Cabe à administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos, provisionar integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como **provável**. O valor das ações judiciais existentes na EPE assim classificadas monta R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que foram devidamente provisionados.

10. Cumpre-nos registrar que a Empresa possui, ainda, ações judiciais que foram avaliadas pela Consultoria Jurídica como de perda **possível** (Nota Explicativa nº 9, item “b”), as quais montam R\$ 3.841.792,00 (três milhões, oitocentos e quarenta e um mil, setecentos e noventa e dois reais). Tais ações não foram reconhecidas e provisionadas haja vista que, segundo os critérios estabelecidos pelo CPC 25 devem ser classificadas como “Passivo Contingente” (*obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade*).



Empresa de Pesquisa Energética

11. Na forma do disposto no § 3º do art. 177 da Lei das Sociedades por Ações, as demonstrações contábeis foram auditadas por auditores independentes – Maciel Auditores S/S – que emitiram parecer firmando opinião de que as referidas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Pesquisa Energética – EPE – em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

12. Diante do exposto, as Demonstrações Financeiras da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, relativas ao exercício de 2013, estão em condições de serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração.

Rio de Janeiro - RJ, 04 de abril de 2014.



CARLOS ALVES DE SOUZA
Auditor Interno

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Empresa de Pesquisa Energética – EPE**, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, acompanhadas das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, à vista do Relatório dos auditores externos Maciel Auditores S/S que, em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, emitiram em 11 de março de 2014 sua opinião sem qualquer ressalva e da Manifestação da Auditoria Interna da EPE emitida em 04 de abril de 2014.

Tomaram também conhecimento da proposta da Diretoria Executiva, a ser submetida à aprovação do Conselho de Administração, que em função da EPE ter obtido no exercício de 2013, um resultado negativo de R\$ 1.202.729, conforme evidenciado nas Demonstrações Contábeis seja transferido para Prejuízos Acumulados o valor de R\$ 1.202.729, de acordo com o Parágrafo Único do artigo 189 da Lei n.º 6.404/76.

O Conselho Fiscal da **Empresa de Pesquisa Energética – EPE**, *por unanimidade* é de opinião que os referidos Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Da mesma forma, em consonância com o Estatuto Social e a legislação societária (Lei 6.404/76 e suas alterações) manifesta-se favorável à destinação do resultado de 2013.

Brasília, 24 de abril de 2014.

RICARDO ALBERTO SUASSUNA DE MEDEIROS

PABLO BORGES BOGÉA

RUY TAKEO TAKAHASHI




Empresa de Pesquisa Energética

11. Na forma do disposto no § 3º do art. 177 da Lei das Sociedades por Ações, as demonstrações contábeis foram auditadas por auditores independentes – Maciel Auditores S/S – que emitiram parecer firmando opinião de que as referidas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Pesquisa Energética – EPE – em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

12. Diante do exposto, as Demonstrações Financeiras da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, relativas ao exercício de 2013, estão em condições de serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração.

Rio de Janeiro - RJ, 04 de abril de 2014.


CARLOS ALVES DE SOUZA
Auditor Interno
EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Empresa de Pesquisa Energética – EPE**, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, acompanhadas das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, à vista do Relatório dos auditores externos Maciel Auditores S/S que, em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, emitiram em 11 de março de 2014 sua opinião sem qualquer ressalva e da Manifestação da Auditoria Interna da EPE emitida em 04 de abril de 2014.

Tomaram também conhecimento da proposta da Diretoria Executiva, a ser submetida à aprovação do Conselho de Administração, que em função da EPE ter obtido no exercício de 2013, um resultado negativo de R\$ 1.202.729, conforme evidenciado nas Demonstrações Contábeis seja transferido para Prejuízos Acumulados o valor de R\$ 1.202.729, de acordo com o Parágrafo Único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

O Conselho Fiscal da **Empresa de Pesquisa Energética – EPE**, *por unanimidade* é de opinião que os referidos Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Da mesma forma, em consonância com o Estatuto Social e a legislação societária (Lei 6.404/76 e suas alterações) manifesta-se favorável à destinação do resultado de 2013.

Brasília, 28 de abril de 2014.



RICARDO ALBERTO SUASSUNA DE MEDEIROS



PABLO BORGES BOGÉA



RUY TAKEO TAKAHASHI

